

Diário do Legislativo de 25/07/2008

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

SUMÁRIO

1 - ATA

1.1 - 49ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

2 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATA

ATA DA 49ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 17/7/2008

Presidência dos Deputados Alberto Pinto Coelho, Doutor Viana e Lafayette de Andrada

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do Deputado Lafayette de Andrada; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 2.620/2008; encerramento da discussão; votação do projeto; aprovação; verificação de votação; inexistência de quórum para votação; anulação da votação; existência de número regimental para votação; renovação da votação; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.098/2008; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.317/2008; aprovação na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1 - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.431/2008; discurso do Deputado Antônio Júlio; apresentação da Emenda nº 2; encerramento da discussão; votação do projeto, salvo emendas; aprovação na forma do vencido em 1º turno; verificação de votação; ratificação da aprovação do projeto, salvo emendas; questão de ordem; votação da Emenda nº 1; aprovação; votação da Emenda nº 2; aprovação - Questão de ordem - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 26/2007; discurso do Deputado Padre João; questão de ordem; discurso do Deputado Sargento Rodrigues; questões de ordem; suspensão e reabertura da reunião; discursos dos Deputados Weliton Prado e Almir Paraca; apresentação das Emendas nºs 17 e 18 e das Subemendas nº 1 às Emendas nºs 2 e 6; encerramento da discussão; questão de ordem; requerimento do Deputado Sargento Rodrigues; rejeição; questão de ordem; verificação de votação; ratificação da rejeição do requerimento; questões de ordem; requerimento do Deputado Agostinho Patrús Filho; deferimento; questão de ordem; discursos dos Deputados Sargento Rodrigues e Durval Ângelo; questão de ordem; votação nominal do projeto, salvo emendas, subemendas e destaque; aprovação na forma do vencido em 1º turno; leitura e votação nominal do inciso VIII do art. 53 do vencido em 1º turno; discurso do Deputado Alencar da Silveira Jr.; rejeição; votação nominal das Emendas nºs 1, 3 a 5 e 7 a 16; aprovação; leitura e votação nominal da Subemenda nº 1 à Emenda nº 2; aprovação; prejudicialidade da Emenda nº 2; leitura e votação nominal da Subemenda nº 1 à Emenda nº 6; aprovação; prejudicialidade da Emenda nº 6; leitura e votação nominal da Emenda nº 17; rejeição; leitura e votação nominal da Emenda nº 18; aprovação - Prorrogação da reunião - Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.392/2008; discursos dos Deputados Sargento Rodrigues e André Quintão; encerramento da discussão; votação do projeto, salvo emendas e subemendas; aprovação; votação das emendas e subemendas com parecer pela aprovação; aprovação; prejudicialidade das Emendas nºs 6, 7, 12, 13, 16, 18, 23, 29, 32, 33, 40, 49, 60, 91, 96, 100, 103, 104, 109, 110, 111, 113, 116, 118, 122, 125, 131, 132, 135 e 137; votação das emendas com parecer pela rejeição; rejeição; declarações de voto - Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final: Pareceres de Redação Final do Projeto de Resolução nº 2.620/2008 e dos Projetos de Lei nºs 991, 1.945 e 1.959/2007, 2.028, 2.041, 2.042, 2.043, 2.044, 2.047, 2.256, 2.395 e 2.450/2008; aprovação - Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Complementar nº 42/2008; questões de ordem; suspensão e reabertura da reunião; encerramento da discussão; aprovação - Pareceres de Redação Final do Projeto de Resolução nº 2.587/2008, do Projeto de Lei Complementar nº 26/2007 e dos Projetos de Lei nºs 17, 532, 725, 1.386, 1.479 e 1.609/2007, 2.045, 2.098, 2.317, 2.431 e 2.392/2008; aprovação; declarações de voto - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - Roberto Carvalho - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr. - Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Agostinho Patrús Filho - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Carlin Moura - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Irani Barbosa - Jayro Lessa - João Leite - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Luiz Tadeu Leite - Maria Lúcia Mendonça - Mauri Torres - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Weliton Prado - Zezé Perrella.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Alberto Pinto Coelho) - Às 9h11min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro

aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Délio Malheiros, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem a Mesa requerimento do Deputado Lafayette de Andrada solicitando a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei Complementar nº 26/2007 e o Projeto de Lei nº 2.392/2008 sejam apreciados, respectivamente, em penúltimo e em último lugar. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 2.620/2008, da Mesa da Assembléia, que altera os arts. 4º e 5º da Resolução nº 5.214, de 23/12/2003, que altera o sistema de carreira dos servidores da Secretaria da Assembléia Legislativa, dispõe sobre a atualização dos débitos oriundos da celebração de transação judicial e acordo extrajudicial de que tratam a Resolução nº 5.216, de 12/8/2004, e o art. 5º da Resolução nº 5.305, de 22/6/2007, e dá outras providências. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O Deputado Padre João - Verificação de votação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico. Para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram apenas 32 Deputados. Portanto, não há quórum para votação. A Presidência a torna sem efeito. No entanto, com a entrada de outros Deputados no Plenário, a Presidência verifica, de plano, que já se configurou o quórum para votação. A Presidência vai renovar a votação do projeto. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.098/2008, do Governador do Estado, que altera dispositivos da Lei nº 10.366, de 28/12/90, que dispõe sobre o Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais - IPSM -, e dá outra providência. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.098/2008 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.317/2008, do Governador do Estado, que altera o "caput" do art. 3º da Lei Delegada nº 31, de 28/8/85, que reorganiza o Conselho Estadual de Educação, e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto, salvo emenda. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.317/2008 na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.431/2008, do Governador do Estado, que altera as Leis nº 13.085, de 31/12/98; nº 14.695, de 30/7/2003; nº 15.302, de 10/8/2004; nº 15.304, de 11/8/2004; nº 15.961, de 30/12/2005, e nº 16.190, de 22/6/2006. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discutir, o Deputado Antônio Júlio.

O Deputado Antônio Júlio* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, queremos fazer um comentário sobre o Projeto de Lei nº 2.431/2008. Também fiz esse comentário na última reunião da Comissão de Fiscalização Financeira, mostrando para os parlamentares que a falta de discussão, nesta Casa, dos projetos do governo, principalmente os do funcionalismo público, traz essas mudanças quase diárias, Deputado Hely Tarquínio. Já votamos, somente nesta semana, mais de 20 alterações de leis sobre planos de carreira e vencimentos do funcionalismo público, leis aprovadas por lei delegada e por leis que aprovamos aqui sem nenhuma discussão. Isso tem trazido grandes prejuízos para o governo do Estado. Parece que está prevalecendo a lógica do ex-Governador Hélio Garcia: base de governo não discute, base de governo vota. Isso tem trazido, quase diariamente, prejuízos não só para o Estado, mas principalmente para o funcionalismo público do Executivo, do Judiciário, do Ministério Público, do Tribunal de Contas e da Assembléia Legislativa. Não discutimos a essência daquilo que se propõe e, com isso, somos obrigados, quase diariamente, a votar leis alterando leis. Isso mostra a fraqueza do Parlamento na discussão das leis, porque, infelizmente, não podemos sugerir, não podemos modificar. Às vezes sou crítico na aprovação e também quando é preciso mudar. Estamos mudando quase diariamente a situação do funcionalismo público. Por isso digo que todas essas leis que votamos aqui são sem nenhum conhecimento, sem nenhuma discussão com o governo; votamos porque o governo mandou, temos que votar. Estamos criando, no nosso Estado, diariamente, a indústria do precatório, porque o funcionalismo público sempre está perdendo seus direitos na legislação que aprovamos. Logo depois, quando modificamos, ele vai à Justiça, que reconhece o seu direito. O governo sempre quer diminuir a folha de pagamento, tirando do funcionalismo público aqueles benefícios ou direitos adquiridos, inclusive quanto à remuneração. Vimos isso há pouco, na folha de pagamento do pessoal da Polícia Civil, em que o salário básico é de R\$145,00. Então vem a composição com a GTI e outros, inventam um monte de regras para que a pessoa receba R\$614,00.

Precisamos tomar cuidado na hora da votação. Estamos votando, nessa leva do Projeto de Lei nº 2.431, modificações nos Projetos de Leis nºs 1.385, que já tem 10 anos; 14.696/2003; 15.302/2004; 15.304/2004; 15.961/2005 e 16.190/2006. Esse é apenas um projeto de lei que

altera várias leis, fora outros tantos que estão tramitando nesta Casa e outros tantos que chegarão.

Há equívocos e equívocos na elaboração das leis. Na maioria das vezes, elas vêm do Executivo e as deixamos passar de liso. Não discutimos nem política nem tecnicamente as mudanças que o governo propõe. E o resultado, então, é esse: insatisfação do funcionalismo público, insatisfação de todos. Nenhum funcionário público sabe qual é sua remuneração, não sabe como se aposentará.

Votamos, com aplausos da galeria, o projeto referente ao IMA. Foi um prejuízo terrível para o funcionalismo do IMA, mas eles estavam achando bom, porque foram iludidos pelos números e dados estatísticos apresentados. Felizmente ou infelizmente, esse é um governo que tem a capacidade de mostrar números como se fossem reais, como se não fossem frios. E todos acreditam no governo. Com isso, é só prejuízo para o funcionalismo público. Tanto é que o governo bate no peito, solta foguete e diz que a folha de pagamento está reduzindo-se. Realmente, mas à custa dos benefícios dos funcionários.

O funcionário está inerte, sem saber o que fazer. As lideranças do funcionalismo público - a maioria dos sindicatos e das associações - estão sob as asas do Governador. Ninguém fala nada, ninguém reclama. Também não têm com quem reclamar nem aqui na Assembléia. Fazem manifestação, mas a associação ou o sindicato está negociando com o governo, e, diga-se de passagem, na lógica do governo, e não na lógica da categoria. Isso me deixa triste e me obriga a fazer essa reflexão. Logicamente, são os Deputados, em conjunto, que decidem, mas, pessoalmente, não posso concordar com essas idas e vindas da legislação. E a população reconhece que nossas leis foram feitas para não funcionar, reconhece que nossas leis são mortas.

Ora, as coisas não deveriam ser assim. Deveríamos fazer leis que dessem sustentação jurídica aos advogados e segurança ao funcionalismo público, como é o caso em tela. Ninguém tem segurança hoje. O funcionalismo público não tem mais segurança para exercer suas atividades. Não sabe o que acontecerá amanhã nem que benefício lhe será retirado depois de amanhã. Podemos dizer que, da forma como as coisas estão indo, não construiremos o Estado com que sempre sonhamos, não construiremos um Estado que dê sustentação à população e principalmente àquilo que ela tem de mais sério e importante: o funcionalismo público. Tenho dito, Deputado Hely Tarquínio, por várias vezes, às lideranças dos movimentos de categoria: "Vocês estão conduzindo errado. Vocês estão negociando errado". Parece que a negociação é feita apenas na lógica dos que fazem a gestão do Estado. Estão gerindo o Estado com números e dados estatísticos falsos. É, por exemplo, o caso da segurança pública. O governo insiste em dizer que o índice de delinquência em Minas Gerais está caindo. E não é verdade. Eles mudaram a forma de lidar com os dados estatísticos, e aí os números realmente indicam redução. Mas na realidade não é o que ocorre.

Eu disse ao pessoal da gestão de governo que é muito fácil estabelecer metas numéricas. Muito fácil. Mas, quero ver, na realidade, se os objetivos foram atingidos. O número pode ser atingido, mas ter o resultado negativo. É isso o que tem acontecido no Estado. É isso o que temos visto quase diariamente. Não estou dizendo que o Estado está totalmente desorganizado. Não. Há organização, houve planejamento, e esse planejamento está indo bem, mas há também muitos equívocos. Um deles diz respeito ao funcionalismo público. Participei de várias reuniões com funcionários públicos, com sindicatos, com o Presidente desta Casa e com o governo.

Vi como eram feitas essas negociações: sempre na lógica do governo ou sempre de acordo com a política do Governador. O governo permanece. O Governador e sua equipe vão ficar por um certo período. Esse período é curto. Oito anos é um período curto. Se Deus quiser, não vão ficar no governo por 12 anos. O povo de Minas não agüenta, principalmente o funcionalismo. Eles não agüentam ficar nas mãos desse povo por mais quatro anos. Havia público aqui, mas, infelizmente, quando vamos questionar alguma coisa do governo, os Deputados insistem em sair do Plenário, não querem discutir. Gostaria de fazer um debate com os Deputados, com a Liderança do governo, para que pudessem questionar o que estou dizendo, as informações que tenho e que posso dar. Mas não temos oportunidade de fazer essa discussão, porque não interessa a ninguém do governo.

O Deputado Lafayette de Andrada, numa última discussão sobre o decreto de desapropriação de Congonhas, disse que eu estava equivocado e que seriam apresentados os documentos que mostravam meus equívocos. Já se passaram 30 dias, mas, até hoje, não os recebi. Sei que o governo pôs em "stand by" aquelas nossas denúncias, que são graves, sobre a desapropriação de 4.400.000m² em Congonhas, para beneficiar apenas uma empresa de mineração. Era um decreto louco. Quinhentas e sete famílias estavam sendo desalojadas das suas propriedades, sem saber para onde iriam, sem saber o que iriam fazer de suas vidas. Fizemos denúncias, e o Deputado Lafayette de Andrada disse que eu estava equivocado. Fomos à audiência pública, eu e o Deputado Vanderlei Jangrossi. Vimos a angústia daquela população. Não estávamos contra o desenvolvimento, contra a instalação, mas contra a forma como a coisa estava sendo feita. E isso tem sido a tônica desse governo. Para os empresários, para a elite financeira deste país, tudo; para a população mais carente, nada. Essa é a discussão. O Deputado Lafayette de Andrada ficou de me apresentar os documentos que iriam dizer que eu estava equivocado. Fomos lá pessoalmente. Até hoje, esses documentos não foram apresentados.

O Deputado Vanderlei Jangrossi (em aparte)* - Quero só lembrar que 80% das terras agricultáveis de Congonhas estavam sendo usadas para esse procedimento. Só restariam 20%. Oitenta por cento dessas terras teriam outra utilização.

O Deputado Antônio Júlio* - Vemos, no mundo inteiro, a discussão da inflação. Estão jogando em cima dos alimentos a culpa pela atual inflação. E, sem levar em consideração isso, continuamos a desmanchar toda a área produtiva para beneficiar os grandes grupos de empresários. Lamento muito não poder fazer essa discussão, porque ela é feita em nome do Estado, em nome do funcionalismo público. Estamos aqui, somente no Projeto nº 2.431, alterando cinco leis recentes. Todas elas falam sobre o funcionalismo público.

Esse é o alerta que faço. Esse tem sido meu posicionamento diariamente, mas infelizmente sou voz única, porque não se faz discussão nem nas Comissões. Raramente chamam uma pessoa do governo para dar um parecer. Na verdade, dão apenas o parecer deles, não na lógica do Estado. Acho que esta Casa tem de mudar o seu comportamento. Não podemos aceitar que a lógica implantada na época do Governo Hélio Garcia - base de Governo não discute, base de Governo vota - continue. Não podemos continuar nessa lógica. O prejuízo que estamos dando ao Estado é muito grande. O prejuízo que estamos dando ao funcionalismo público é muito grande. Por isso, conclamo todos os Deputados a discutir. Se não querem discutir, não há problema, mas o próprio Governador do Estado deve estar com a televisão ligada me ouvindo, porque, quando pego o microfone, ligam para lá dizendo que estou falando.

Espero que pelo menos saibam que alguém está alerta, que alguém está acompanhando os fatos, que alguém tem a convicção e a consciência de que estamos vivendo, entre aspas, um Estado Democrático de Direito. Na verdade, no Estado de Minas Gerais não existe democracia, porque vivemos sob o arrocho do governo, que compra e amordaça a imprensa, amordaça este Parlamento, o Tribunal de Justiça, o Ministério Público, o Tribunal de Contas do Estado. Todos estão debaixo da asa desse governo que aí está. Isso não é democracia, porque as pessoas não têm oportunidade de expressar seus pensamentos, não têm oportunidade de discutir claramente as questões que julgarem equivocadas. Isso não é fazer oposição, porque fazer oposição é a coisa mais fácil que existe sobre a face da Terra, principalmente a oposição irresponsável, ou seja, aquela que considera tudo errado.

Reconhecemos os avanços do governo, mas sabemos que muitos equívocos estão sendo cometidos, porque o governo administra para a elite econômico-financeira do Estado, não se preocupa com o lado social da população. Estou recebendo um comunicado por escrito de alguém que diz que o sindicato aqui presente não está debaixo da asa do Governador. O Poder Legislativo também está debaixo dessa asa. Digo isso com muita tristeza. A maioria dos sindicatos - principalmente os ligados ao Poder Executivo - é composta por funcionários do Estado. Falo isso com tristeza no coração, porque fui um dos poucos Deputados a lutar contra a ditadura militar. Fui eleito Prefeito da minha cidade enfrentando o poder do governo do Estado, da Prefeitura, do DER, do Eliseu Resende, que derramava dinheiro para ganhar as eleições. Fui eleito.

Continuo com o mesmo posicionamento defendendo a liberdade de expressão. Por isso denunciamos a ditadura que se implantou em Minas Gerais. Manifestamos a nossa opinião para a imprensa que aqui está. Não estamos falando em um lugar fechado, mas em público e para várias cidades do nosso Estado. Estamos vivendo numa ditadura. Isso também ocorre neste Parlamento, onde não se discute mais nada. O Deputado Sávio Souza Cruz sugeriu que mudássemos o nome desta Assembléia Legislativa para assembléia homologativa.

Estou sentindo uma grande tristeza, porque desejo um Legislativo forte, um Executivo forte, um Judiciário forte, para que não aconteça mais o que está acontecendo hoje em Brasília, isto é, um Ministro diz uma coisa, o Presidente do mais importante órgão judiciário diz outra, um Juiz de baixa instância diz outra coisa diferente. Perdemos o que existe de mais importante na democracia, ou seja, a autoridade. Não existe mais autoridade neste país, existe imposição. Quanto à questão eleitoral, o TSE diz uma coisa, o TRE faz outra, e o Juiz de 1ª instância age de forma diferente.

Ninguém tem mais segurança, a situação está pior que na época da ditadura. Não temos segurança jurídica para praticar qualquer ato político. É sobre isso que tenho discutido. É disso que reclamo nesse projeto que estamos apreciando. Não sabemos se estamos melhorando ou piorando a vida dos funcionários públicos em suas carreiras, progressões e gratificações. Muitos julgam que os funcionários dos Poderes são problemas. Como o Estado funcionará sem o funcionalismo? Como a própria Justiça poderá funcionar sem funcionários? O Juiz diretor do fórum de Pará de Minas solicitou o meu empenho nesta Casa, para que o número de seus funcionários fosse aumentado. Algumas varas foram criadas, mas, como o número de funcionários é insuficiente, o serviço está acumulado. As audiências no fórum de Pará de Minas estão sendo marcadas para 2011. Estamos vendo isso sem falar e sem fazer nada.

E as pessoas não têm como agir. Aqueles que desejam trabalhar para o Estado estão de mãos atadas, pois ficam articulando nos gabinetes, planejando números e levantando dados estatísticos e outros, mas, na prática, o sistema não funciona. Tenho reclamado contra isso quase diariamente. Em Pará de Minas, minha cidade, há uma penitenciária, que completou quatro anos, com 400 presos e 135 funcionários. Vocês sabem quanto a Diretora recebe para as despesas e para as emergências desse complexo? Há uma meta para a redução dos custos das penitenciárias, que foi atingida. Quando pergunto isso aos parlamentares, dizem que ela deve receber uns R\$30.000,00 a R\$50.000,00, mas ela recebe R\$500,00 por mês para a manutenção dessa penitenciária.

Estavam na iminência de realizar uma grande rebelião em Pará de Minas porque não havia água na penitenciária, pois precisavam de R\$500,00 para comprar umas válvulas, já que foi detectado vazamento. O Estado não mandava o dinheiro porque tinha de haver planejamento. Isso não funciona. Para evitar essa rebelião e o pagamento de indenizações às vítimas, comprei, com o meu dinheiro, as válvulas e as doei à penitenciária. As notas estão aí para quem quiser comprovar. Diziam que a Secretaria e fulano me ligariam, pois os Deputados mais ligados ao governo ficaram preocupados, mas, até agora, ninguém me ligou. Eu resolvi esse problema, pois essa é uma responsabilidade dos políticos. Se eu quisesse fazer campanha política, seria mais fácil deixar a rebelião acontecer, para, depois, dizer que eu tinha avisado. A rebelião não seria problema, mas, se houvesse mortes, teríamos de aprovar o pagamento da indenização por irresponsabilidade daqueles que administram esse sistema de planejamento. Eles não o conhecem como nós, parlamentares.

Em relação ao funcionalismo público, procurei o sistema penitenciário para conhecer as suas dificuldades. Visitamos várias cadeias públicas e vimos os maiores absurdos. Depois, o governo, de acordo com o planejamento, disse que mandaria pintar, passar uma cal, trocar a iluminação e os tubos, mas 30 presos continuariam dividindo uma cela que comporta somente quatro. O problema não é pintura, mas espaço. Quem está nos gabinetes não conhece as dificuldades.

Deputado Paulo Cesar, tenho de falar sobre este projeto que está em votação. Disse que a maioria dos projetos que foram aprovados estavam errados, mas, quando fico falando sozinho, passo a ser o chato da corte. Depois que o projeto vem para ser alterado, vejo que estava certo. Eu também erro muito e, às vezes, cometo equívocos, injustiças, erros em meu posicionamento, mas, na maioria das vezes, tenho acertado. Em relação a esse projeto, acertei em quase tudo, pois avisei, em 2003, que estavam cometendo um equívoco. Disse que o governo enfrentaria problemas em dois ou três anos, como realmente ocorreu. Ainda bem que tiveram a humildade de promover as alterações.

Sr. Presidente, quis apenas demonstrar a minha indignação em relação a esses projetos que continuam sendo encaminhados à Assembléia Legislativa. Mais de seis alteram as leis que votamos recentemente, há dois ou três anos. O que me deixa mais revoltado é que sempre mexem com o funcionalismo. Deixo registrado o meu posicionamento: votarei a favor, pois ele resolverá alguns erros e então chegará ao eixo. Não sei se isso realmente resolverá o problema, mas pelo menos houve a intenção por parte daqueles que enviaram essa proposta de corrigir aquele erro que eu já tinha mostrado.

O Sr. Presidente - Não há outros oradores inscritos.

- Sobre a Mesa, emenda do Governador do Estado, que recebeu o nº 2, encaminhada por meio da Mensagem nº 256/2008, publicada na edição do dia 17/7/2008.

O Sr. Presidente - Encerra-se a discussão. A Presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foi apresentada ao projeto uma emenda do Governador do Estado, que recebeu o nº 2 e que, nos termos do §4º do art. 189 do Regimento Interno, será votada independentemente de parecer. Em votação, o projeto, salvo emendas. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O Deputado Antônio Júlio - Peço verificação de votação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico. Para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência dará início ao processo e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem seus lugares.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Deputado Rômulo Veneroso - Sr. Presidente, gostaria de registrar meu voto "sim".

O Deputado Délio Malheiros - O meu voto é "sim" também, Sr. Presidente.

O Deputado Pinduca Ferreira - Sr. Presidente, meu voto é "sim".

O Deputado Walter Tosta - Sr. Presidente, da mesma forma, "sim".

O Sr. Presidente - Estão computados. Votaram "sim" 35 Deputados, que, somados aos 4 em comissões, perfazem o total de 39 parlamentares. Está ratificada a aprovação do projeto, salvo emendas.

Questão de Ordem

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, essa tem sido uma lógica muito perversa em relação ao Regimento e ao nosso procedimento. Quando se pede verificação de votação, tem-se em vista aqueles que estão presentes. Faz-se a verificação, o painel mostra um resultado, e aí começam a chegar Deputados, justificando o voto depois de feita a verificação. Para evitar que isso venha a acontecer, se não houver quórum, que se faça a recomposição, senão fica desagradável. Ontem houve o caso de um Deputado que marcou seu voto no painel e que o justificou aqui. Às vezes, temos de ficar atentos e questionar, o que é desagradável para todos nós. Proponho, Sr. Presidente, se houver dúvida sobre o quórum na próxima verificação, que se faça a recomposição, então.

O Sr. Presidente - Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Em votação, a Emenda nº 2. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.431/2008 na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 e 2. À Comissão de Redação.

Questão de Ordem

O Deputado Célio Moreira - Sr. Presidente, estou tentando colocar na pauta aproximadamente 26 projetos meus, já prontos para a votação, mas eles não chegam ao Plenário. Essa semana, fiz essa solicitação ao nosso Líder e V. Exa. pediu para que fossem tomadas as providências necessárias, mas, até agora, nada. Trata-se de projetos bons, de alcance social, que, tenho certeza, terão o apoio dos nobres Deputados e Deputadas. Realmente, não entendo por que projetos de alguns Deputados, que já estão prontos para a votação, não são colocados na pauta. Sr. Presidente, quero fazer o meu protesto e agradecer a V. Exa., que se empenhou, solicitando as providências devidas, mas, infelizmente, os nossos projetos ainda não chegaram. Estamos votando todos os projetos do governo. Gostaria de saber do nosso Líder se está havendo alguma dificuldade com os nossos projetos. Acredito que eles ajudarão, e muito, Minas Gerais, principalmente aquelas comunidades mais carentes e pobres. Infelizmente, apesar de já estarem prontos para serem votados, os nossos projetos não são colocados na pauta. Quero que fique registrado o meu protesto, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 26/2007, do Tribunal de Justiça, que altera a Lei Complementar nº 59, de 18/1/2001, que contém a organização e a divisão judiciária do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 16, que apresenta, ao vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discutir, o Deputado Padre João.

O Deputado Padre João* - Sr. Presidente, nobres colegas Deputados, de antemão, quero fazer um apelo. Não é necessário que se dispersem por minha causa. Embora tenha 60 minutos para falar, usarei no máximo 5.

Sr. Presidente, quero justificar a nossa indignação nos dias anteriores. Não abri mão de discutir apenas agora. Na noite de anteontem, poderia ter discutido mais de 30 requerimentos - como dispunha de 10 minutos para discutir cada um, teria 300 minutos no total -, mas não o fiz. Ontem, também retirei mais 30 requerimentos, que também poderia discutir, gastando 10 minutos com cada um. Ainda bem que o Regimento possibilita isso, porque, se fôssemos intransigentes - como alguns pensam -, esse projeto não seria votado antes do recesso, mas na semana que vem. Então, não há intransigência da nossa parte. O que queremos discutir é a importância dos Poderes na democracia. O Legislativo é tão importante quanto o Judiciário e o Executivo, que, pela Constituição, são autônomos. A minha indignação é quanto a uma emenda simples que apresentamos, que foi acolhida pelo Presidente e relator da Comissão de Assuntos Municipais. Aliás, aproveito para ressaltar o trabalho do Deputado Weliton Prado, que mostrou a sua dedicação ao Projeto de Lei Complementar nº 26/2007, acolhendo a nossa emenda.

O Deputado Weliton Prado também fez um trabalho importante, que beneficia todo o povo de Uberlândia, criando mais dez varas. Fica aqui a nossa admiração e o nosso respeito pelo trabalho do Deputado Weliton Prado. Destaco também o papel do outro relator, Deputado Elmiro Nascimento, que, com sabedoria e discernimento, desenvolveu um trabalho árduo no desfecho desse projeto de lei.

Esta Casa, ao não discutir a nossa emenda nem lhe dar uma sinalização mínima, curvou-se não diante do Poder Judiciário, mas diante de um único Juiz, e isso me causa indignação. Reconheço a importância do Tribunal Regional Eleitoral, mas isso é supervalorizar uma única pessoa; é alimentar a vaidade de uma única pessoa prejudicando uma população em torno de 40 mil habitantes, que não teve nenhuma facilidade, no que tange ao acesso à justiça.

Quero apenas registrar nossa indignação e agradecer a alguns companheiros que nos trouxeram uma pequena luz e nos fizeram abrir mão da emenda na esperança de que essa segunda vara criada em Abre-Campo seja itinerante, atenda prioritariamente a Matipó, Caputira e Santa Margarida. Embora tenhamos acatado essa emenda, a comunidade acha que é pior porque irá prejudicar a reivindicação de criar a vara. De qualquer forma, acatamos e agradecemos a compreensão dos Deputados para o fato de que, quando estamos num processo de obstrução, estamos reivindicando o direito de um povo. Diante de um pobre, diante daquele que nem sequer tem recurso para pagar passagem para ir buscar a justiça, diante desse eu me ajoelho, diante desse eu me dobro, mas nunca me dobrarei diante da vaidade de pessoas que estão no poder e que o usam para alimentá-la.

O Deputado Carlin Moura (em aparte)* - Parabenizo o Deputado Padre João pelo esforço que fez para aprimorar o Projeto de Lei Complementar nº 26, que reorganiza o Judiciário em Minas Gerais, em especial no que diz respeito à Comarca de Matipó. Acredito que há um avanço quando V. Exa. sugere - e a Comissão acata - a comarca itinerante e a criação de nova vara em Abre-Campo para atender a Matipó. Isso é de fundamental importância, porque a justiça precisa funcionar de forma concreta para as pessoas que dela precisam.

Quero aproveitar, Deputado Padre João, a oportunidade em que temos a presença considerável de Deputados e Deputadas desta Casa e do seu Presidente para relatar um fato que muito me preocupa. Realizamos, neste semestre, uma audiência pública nesta Casa com mais de 1.500 trabalhadores da MGS, empresa terceirizada de Minas Gerais. Na oportunidade, ficou acertado que seus trabalhadores que aqui estiveram não sofreriam nenhum tipo de represália. E pasme, Deputado Padre João, a injustiça está sendo feita pelo governo do Estado, pois os trabalhadores foram demitidos; os sindicalistas foram demitidos ou suspensos de seu trabalho. Eles estão ali fora, preocupados, já que a Assembléia entrará em recesso hoje, e eles foram demitidos. Sugerimos e aprovamos, durante a audiência pública, a formação de uma comissão especial desta Casa para acompanhar o caso da MGS, mas ela não foi formada até agora, e aproveito para perguntar ao ilustre Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais sobre a possibilidade de isso acontecer. Sugerimos também que a empresa montasse uma ouvidoria, o que não aconteceu até o presente momento. Enquanto isso, os trabalhadores estão demitidos, afastados de seus cargos. Estou indignado com a situação. Em um momento em que estamos discutindo a Justiça, a injustiça está sendo cometida com os trabalhadores da MGS, portanto peço encarecidamente que a situação seja revista e que apresentemos uma solução para esses trabalhadores, esses sindicalistas. Durante a audiência pública, demos-lhes garantias, fizemos uma lista de presença dos trabalhadores da MGS, a empresa assumiu o compromisso público de que não faria nenhum tipo de represália, e fez justamente o contrário. Por isso, solicito da Mesa Diretora e do Líder do Governo a avaliação da possibilidade de se criar uma comissão especial para tratar esses casos. Se não, estaremos reorganizando o Judiciário, mas cometendo uma injustiça com os trabalhadores lá fora. Muito obrigado pelo aparte.

O Deputado Padre João* - Endosso as palavras do Deputado Carlin Moura e reitero o apelo ao Presidente para que tenhamos iniciativas nesta Casa em favor da Justiça. Muito obrigado. Deputado Alencar da Silveira Jr., tinha garantido que utilizaria a tribuna por apenas 5 minutos, e já

chegamos a 10. Peço a compreensão de V. Exa. Muito obrigado.

Questão de Ordem

O Deputado Adalcleber Lopes - Sr. Presidente, logo após a discussão do Deputado Sargento Rodrigues, é necessário que V. Exa. suspenda a reunião por 1 minuto, pois há um erro de redação em matéria que precisa ser votada hoje, e precisamos ter um entendimento.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir, o Deputado Sargento Rodrigues.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente e Srs. Deputados, no final de minha fala vou sugerir aos Deputados Adalcleber Lopes e Durval Ângelo uma solução que o Regimento prevê para esse grave erro - ele não é pequeno - que consta no Projeto de Lei Complementar nº 26. Apresentaremos requerimento propondo a solução adequada do ponto de vista regimental, Sr. Presidente.

Srs. Deputados e Sras. Deputadas, quero aqui destacar o avanço deste projeto para a sociedade. Ele está tramitando há cerca de um ano e meio na Casa e tem grande alcance social, pois cria varas e comarcas, discute os critérios da chamada entrância especial e cria cargos para a assessoria jurídica dos Juízes, que certamente dela necessitam.

Sr. Presidente, nós que, no exercício do mandato, temos oportunidade e privilégio de conhecer 650 dos 853 municípios e todas as extremidades deste Estado, sabemos que, na cidade de Montalvânia, a 845km de Belo Horizonte, é necessário que o Poder Judiciário esteja perto da população. Sabemos que, na cidade de Espinosa, a 780km de Belo Horizonte, na divisa com a Bahia, é necessário que o Judiciário esteja próximo da população, assim como em Nanuque, que está a 650km de Belo Horizonte, no extremo leste do Estado. Também é necessário que o Judiciário esteja na cidade de Extrema, a cerca de 600km de Belo Horizonte, na divisa de São Paulo, bem como na cidade de Santa Vitória, na extremidade do Triângulo, na divisa dos Estados de São Paulo, Mato Grosso e Goiás. É fundamental que façamos a chamada interiorização do Poder Judiciário, para que esteja mais próximo do cidadão ou, como se diz no jargão judicial, do jurisdicionado.

Sr. Presidente, é necessário que tenhamos a devida cautela com esse projeto, para que não aproveemos nesta Casa algo, como disse o ilustre Deputado Antônio Júlio, que, depois, precise de graves correções quanto ao seu conteúdo, principalmente pelo aqodamento em votar projeto de lei que trará um alívio enorme para a sociedade, especialmente para as populações mais pobres. Durante minhas caminhadas pelo interior do Estado e em reuniões com Prefeitos, Vereadores, lideranças políticas, policiais civis e militares, temos destacado que quem precisa do braço do poder público, seja ele o Executivo, o Judiciário, o Legislativo ou o Ministério Público, é o mais humilde, que, por sua condição financeira, fica aliado dos benefícios que o Estado tem o dever de franquear para acudi-lo. À medida que fazemos com que o Poder Judiciário chegue mais próximo desse cidadão, certamente levamos justiça social, alcançando o objetivo do Judiciário, a chamada pacificação social tão proclamada no meio jurídico.

Parabenizo a firmeza, a garra e a persistência dos servidores do Judiciário, que estão aqui desde o primeiro momento em que este projeto passou a ser discutido nas Comissões. Tivemos a oportunidade de apreciá-lo na Comissão de Constituição e Justiça, da qual sou membro efetivo, onde recebeu sua primeira apreciação. Em seguida, passou pelas Comissões de Assuntos Municipais e de Fiscalização Financeira. Agora, Sr. Presidente, passou duas vezes pela Comissão de Administração Pública. Esse projeto deve ter recebido em torno de 300 a 400 emendas, ora sendo acolhidas, ora sendo rejeitadas pelos relatores. Aproveitamos para cumprimentá-los. O Deputado Weliton Prado, relator da Comissão de Assuntos Municipais, teve sensibilidade em acatar várias emendas de Deputados, assim como o Deputado Zé Maia, na Comissão de Fiscalização Financeira, e o Deputado Elmiro Nascimento, por duas vezes.

Sr. Presidente, parabenizamos os servidores do Judiciário, principalmente os Oficiais de Justiça, que aqui se encontram batalhando para ter reconhecimento no ingresso à sua carreira pelo nível superior, especialmente do bacharelado em Direito. Tivemos a grata satisfação de ser autor de uma emenda a esse projeto. Ela foi acolhida por todos os relatores citados. Certamente, aprovado em 1º turno o projeto, ela não poderá ser alterada, porque é matéria do vencido em 1º turno, conforme determina o Regimento desta Casa.

Portanto consideramos a matéria consolidada neste momento em que os Oficiais de Justiça foram brilhantemente reconhecidos. Hoje, os Oficiais de Justiça são muito mal remunerados pelo Poder Judiciário, que precisa ser mais sensível. A Corte Superior do Judiciário precisa ser mais sensível. Precisamos estar vigilantes, principalmente os chamados membros de Poderes, porque às vezes se alcança certo patamar, um nível de cargo ou função, e se esquece de quem nos auxilia dia e noite, elaborando pareceres, atuando à frente e na atividade-meio. É assim que destaco o trabalho dos Oficiais de Justiça, que, brilhantemente, vêm desempenhando um papel extremamente relevante. Pasmem, senhoras e senhores, esses Oficiais de Justiça ganham o mísero salário inicial de R\$1.492,00. É um absurdo a Corte Superior do Tribunal de Justiça não reconhecer isso. É um absurdo não reconhecerem o trabalho desses profissionais, que têm honrado o Poder Judiciário com seu profissionalismo e dedicação.

Destacamos outra emenda, que diz respeito aos demais técnicos, escrivães e chefes de cartório. Se não fosse nossa sensibilidade e persistência ao acompanhar "pari passu" esse projeto, não teriam a garantia de que o Tribunal de Justiça enviará, por meio de lei própria, ou seja, em suas respectivas carreiras, a emenda que os gratifique da forma como devem ser gratificados. Tive a honra de apresentar essa emenda, acolhida pelos relatores, o que certamente os tranquilizará. Não que recebam os 20% no primeiro momento, mas o Presidente do Tribunal enviará a esta Casa projeto de lei assegurando-lhes a gratificação.

Sr. Presidente, destaco também o brilhante papel da Associação dos Magistrados Mineiros - Amagis -, muito bem presidida pelo Juiz de Direito Nelson Messias, com quem mantivemos contato durante a CPI do Narcotráfico em Governador Valadares, no ano 2000, em nosso primeiro mandato. Fizemos grandes parcerias com o Dr. Nelson, Juiz honrado, sério, competente, que desenvolve um brilhante trabalho em nome de seus associados.

Feitas estas considerações, destaco que nem tudo são flores neste projeto. Em que pese aos avanços, a discussão está em trânsito especial no que diz respeito ao cargo de assessoramento jurídico, ao reconhecimento dos Oficiais de Justiça com nível superior e à garantia de envio de projeto, por parte do Tribunal. Foram acatadas emendas de diversos Deputados, de extrema importância para a organização do Judiciário, a fim de que possamos reformar a Lei Complementar nº 59.

Lembro ao Presidente do Tribunal que, aqui, Deputado tem competência para apresentar emenda. Infelizmente, quando o projeto chegou a esta Casa, o Desembargador Orlando Adão, Presidente do Tribunal, teve a ousadia de enviar uma correspondência na qual afirmava que os Deputados não poderiam apresentar emenda, desconhecendo a Constituição da República e a Constituição do Estado, esquecendo-se de que os chamados legisladores genuínos somos nós, Deputados Estaduais.

Portanto, Sr. Presidente, fica aqui este lembrete: as pessoas, muitas vezes, alcançando determinado cargo, esquecem-se daqueles que, no dia-a-dia, fazem as coisas acontecerem. Tratamos desse assunto na questão da segurança pública. Aqueles que são chamados "chão de fábrica", aqueles que fazem as coisas acontecerem muitas vezes são ignorados, não são vistos. E aí fica o recado ao Presidente do Tribunal: não será ele que retirará dos membros deste Poder a competência para legislar, para emendar, para substituir no todo ou em parte e discutir, quantas vezes necessário for, seguindo, obviamente, o Regimento desta Casa. Fica aqui esta mensagem ao ilustre Desembargador Orlando Adão,

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Como destacava, Sr. Presidente, nem tudo são flores nesse projeto. Esse projeto já está com dois volumes, com mais de 500 páginas, mas, Sr. Presidente, em que pese a todos os avanços alcançados, demos uma contribuição perversa para a sociedade quando partiu, não sei de onde, uma mensagem para o Deputado Luiz Humberto Carneiro fazer um destaque, permitindo a criação de auditorias militares no interior do Estado. Talvez se o Deputado Luiz Humberto Carneiro tivesse passado algumas horas na caserna ou ali convivido, não cometera esse crime de lesa-pátria, que é destinar auditoria militar ao interior do Estado. Talvez ele esteja preocupado em levar auditoria militar para a sua cidade natal, Uberlândia. Mas acredito que o Deputado vai se arrependar amargamente do que propôs ao fazer esse destaque. Isso porque os praças serão condenados à revelia, de acordo com a vontade do Comandante do batalhão e do Comandante da região, sem escrúpulos, sem obedecer aos princípios fundamentais que norteiam a administração pública, o da legalidade, o da impessoalidade, o da razoabilidade, o da transparência e o da publicidade, que é o que hoje acontece na justiça militar. E isso ocorre aqui, na Capital, próximo do Poder Legislativo, do Ministério Público, do Tribunal de Justiça, próximo de todos nós - eu diria, num jargão bem popular, debaixo das nossas barbas, como disse anteriormente, na votação desse projeto, durante sua discussão em 1º turno. O Deputado solicita a criação de três auditorias na justiça militar no interior. E aqui dirijo-me ao cidadão que está nos ouvindo: o custo dessas auditorias militares para você, que paga a conta, para você, que paga imposto, é altíssimo, para não prestar nenhum serviço de fato e de direito à população.

Ontem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, conversei com Promotores de Justiça que atuam no Tribunal do Júri. Aqui, em Belo Horizonte, temos dois Tribunais do Júri. Ocorreram, em nossa cidade, em 2005, 1.040 homicídios; em 2006, 953; em 2007, 959. Isso apenas em Belo Horizonte. Há atualmente 6 mil processos de homicídio em cada um dos dois Tribunais do Júri. Enquanto precisávamos melhorar essa situação, criando mais um ou dois Tribunais do Júri para dar celeridade aos processos, a fim de que esses homicidas sejam julgados, condenados e retirados da rua, a Casa permite a criação de três auditorias militares. Sabe o que acontecerá, Deputado Padre João, quando essas três auditorias forem instaladas? Cada uma delas é formada por um Juiz togado e quatro Oficiais de polícia.

Deputado Carlin Moura, de imediato, serão retirados de Uberlândia, cidade do Deputado Luiz Humberto Carneiro, que pediu destaque dessa matéria, quatro Oficiais de polícia, que deveriam combater o crime nas ruas. Para quê? Para ficarem atrás de mesas absolvendo os apadrinhados do comando local, os que realmente cometeram crime, Sr. Presidente. Leverei ao conhecimento da população de Minas o que é a Justiça Militar, o Tribunal de Justiça Militar, que quer influenciar, pedindo aos Deputados que mantenham a criação das auditorias militares no interior do Estado. Pasmem, senhores e senhoras: esse Tribunal quer criar três auditorias militares no interior, onde não há condições de se fazer um revezamento sério, tomar uma decisão séria, independente e imparcial.

Há exemplos clássicos disso. Deputado Sebastião Helvécio, os processos das três auditorias militares da Capital não chegam a 3 mil. Por outro lado, em cada Tribunal do Júri, com dois Juizes, há cerca de 6 mil processos. Esta Casa está aprovando uma despesa a mais para o Tribunal de Justiça, dando-lhe autonomia para dizer que criará três auditorias que não prestarão serviço algum à sociedade. O único tipo de serviço que prestarão é o apadrinhamento de indicados, retirando-se da rua Oficiais que deveriam combater o crime em Uberlândia, uma das cidades que serão prestigiadas com o destaque apresentado pelo Deputado Luiz Humberto Carneiro.

Sr. Presidente, não poderia deixar de falar sobre alguns casos, como o de Marcelo Antônio Pio, Capitão da Polícia Militar. Em 2000, esse moço foi flagrado em um Fiat Palio com um traficante ao lado, com uma pochete com 700g de cocaína. Foi ouvido na CPI, com o traficante. A Polícia Federal o prendeu em flagrante. Na pior das hipóteses, contribuir para o tráfico é crime, e a pena é pesadíssima. O Tribunal de Justiça condenou o Capitão por tráfico de drogas, mas o Tribunal de Justiça Militar o absolveu e não permitiu a cassação da sua carta patente. Hoje, ele é Major e trabalha na Diretoria de Finanças da Polícia Militar. Esse é o Tribunal de Justiça Militar. Essas são as auditorias que querem criar no interior. Mas não foi apenas isso. A população que nos assiste tem de ter conhecimento. Em 2001, o Cel. Severo Augusto da Silva Neto praticou muito tráfico de influência no Estado: vendeu segurança pública a grandes empresários; teve forte ligação com o pessoal de helicóptero, de empresas; mandou seus Oficiais fazerem curso lá, ficando muitos à disposição, à custa do erário. Esse Coronel foi denunciado por este Deputado em 2001, quando determinou a liberação de um jovem que estava com droga e alguns papéis de cocaína. Sabem o que ocorreu com esse Coronel? Foi julgado no Tribunal de Justiça Militar e absolvido, depois de liberar o jovem que portava cocaína, André Leopoldo Santos Bovolin, filho de um Coronel do Exército. Como o Cel. Severo era o rei do tráfico de influência, conseguiu isso. Os Praças que fizeram a ocorrência foram obrigados a rasgá-la no Departamento de Investigação, depois de uma ligação do Coronel. É isso o que estamos votando aqui. É essa justiça militar vergonhosa que o Cel. Rúbio Paulino Coelho, Presidente do Tribunal de Justiça Militar, quer manter, e isso é caríssimo aos cofres públicos, à sociedade.

Sr. Presidente, os problemas não param por aí. Este mesmo Deputado - talvez seja por isso que incomode tanta gente - denunciou o Maj. Caubis Romes Pereira em 2002. Pasmem: em Frutal, ele determinou a liberação de caçadores que foram presos pela Polícia Florestal com arma de cano longo e caça abatida, o que é crime inafiançável. O que aconteceu com ele? Foi absolvido na justiça militar. O Juiz que é Juiz mesmo, o Juiz togado, Dr. Paulo Reis, condenou-o a dois anos e quatro meses. O Tenente Ésio, que estava fazendo os contatos para ele na companhia - o Major dava ordens por trás -, foi condenado pelos oficiais. O Major foi absolvido e foram quatro anos para tirá-lo do comando da Companhia de Frutal. Vergonhoso: apesar de denúncia de prevaricação e falsidade ideológica, levamos quatro anos para conseguir afastá-lo do comando da Companhia. É isso, Deputado Padre João, que votamos no destaque. Foi absolvido. Parece até que esta Casa está com saudades do tempo da ditadura, dos coturnos, dos tempos negros de chumbo que pairaram sobre nossas cabeças, principalmente de 1964 a 1985. Deve ser saudade.

Denunciamos, ainda, o Sr. Flávio Aparecido Romualdo de Aquino, hoje Coronel da Polícia Militar - na época, era Tenente-Coronel -, que comandava o Batalhão de Poços de Caldas, e também Alexandre Felizardo Ribeiro, Major da Polícia Militar, Subcomandante do Batalhão de Poços de Caldas. Sabem qual foi a denúncia? Havia uma companhia de instrução fazendo educação física em um bairro. Prenderam um menor de 17 anos com uma bucha de maconha. O rapaz era filho de um empresário de sobrenome Delatesta, em Poços de Caldas. O que aconteceu com ele? Foi levado para o batalhão. Não registraram ocorrência na Delegacia. Ele foi liberado e sumiram com a droga. Sabe o que aconteceu, Padre João? Os dois foram absolvidos. Hoje, o Tenente-Coronel é Coronel e está comandando a região de Uberaba. É essa a justiça militar que votamos aqui. Essa vergonha, essa excrescência.

Deputado Adalclever Lopes, faço um paralelo. Na Polícia Civil, quando um Delegado é acusado, é julgado na Justiça comum; quando um agente de polícia é acusado, denunciado, é julgado na Justiça comum. Não há tribunal de exceção para julgar policiais civis; eles são julgados na Justiça comum. Pasmem, senhoras e senhores que nos assistem: só há Tribunal de Justiça Militar em três Estados do Brasil - Minas, Rio Grande do Sul e São Paulo. Nos outros 24 Estados da Federação, não há. E a Casa, os Deputados, querem manter essa estrutura. Estão contribuindo com essa estrutura falida, pernicioso para o cidadão. Pergunto: qual é o fim social dessa justiça militar para o cidadão, o cidadão que paga imposto, que pega ônibus lotado, que trabalha de sol a sol e assiste a isso?

Durante encaminhamento da proposta de emenda à Constituição apresentada pelo Deputado Durval Ângelo, outra denúncia foi trazida. O 10º Ten. Moisés Tavares matou um jovem no Conjunto Santa Maria. O Tribunal de Justiça o condenou a nove anos de prisão e perda da patente. Sr. Presidente, o Tribunal de Justiça Militar o absolveu, mantendo-o na Polícia Militar. Essa é a justiça militar que o Deputado Luiz Humberto Carneiro pediu para levar para o interior, para ser manipulada pelo Comandante do Batalhão. Não vamos nos calar. Vamos estar atentos e vigilantes.

Se o Cel. Rúbio Paulino Coelho, Presidente do Tribunal de Justiça Militar, pensa que criará essas auditorias e nós não exerceremos o nosso papel de fiscalizar - quem fiscaliza os Poderes é o Legislativo, assim diz a Constituição da República -, está muito enganado. Fiscalizaremos cada julgamento e faremos denúncias desta tribuna. Que fique aqui o recado, Cel. Rúbio.

Quero aqui, Sr. Presidente, destacar para a sociedade qual o custo. Está muito simples, é só entrar no "site" do Tribunal de Justiça Militar. Pasmem, senhores e senhoras, no segundo trimestre, o Tribunal gastou R\$1.115.779,93. Se vocês dividirem - são sete membros mais cinco aposentados, doze ao todo -, estamos pagando para o Tribunal de Justiça Militar, os membros do Poder Judiciário que têm "status" de Desembargador, R\$30.000,00 de salário por mês. São R\$30.000,00 de salário por mês para absolver traficantes, Comandantes irresponsáveis, negligentes e criminosos. Pagamos R\$30.000,00 por mês para isso, Sr. Cel. Rúbio, e o senhor ainda tem a cara-de-pau de pedir Deputados para defender a criação de auditoria militar. O senhor devia ter um pouco de dó da sociedade e respeito com o dinheiro público. São R\$30.000,00 para cada Coronel do Tribunal de Justiça Militar. São sete membros na ativa e cinco aposentados com uma despesa de R\$30.000,00 por mês. Esse valor foi gasto no primeiro e no segundo trimestres.

Pergunto para a sociedade: você que está nos assistindo acha justo manter essa estrutura do Tribunal de Justiça Militar? Quem sabe o próximo Presidente do Tribunal de Justiça Militar tenha um pouco de dó da sociedade e envie para esta Casa, Sr. Presidente, uma proposta de lei extinguindo o Tribunal de Justiça Militar e mantendo apenas a auditoria militar de 1ª instância? Aqui, em Minas, ele pode acabar com o Tribunal de Justiça Militar, mas não com auditorias militares de 1ª instância, porque estão previstas na Constituição da República. Ele pode simplesmente criar uma câmara no Tribunal de Justiça para julgar esses processos. É um absurdo, Deputada Ana Maria Resende, o cidadão ter de pagar R\$30.000,00 por mês para cada Coronel do Tribunal de Justiça Militar, a fim de absolver, Deputado Antônio Júlio, Coronéis, Majores e Tenentes-Coronéis que cometeram crimes. Os bons profissionais devem ser respeitados, e sempre os defendo nesta tribuna, mas não dá para defender aqueles que liberam usuários de drogas e traficantes. Há o caso do Capitão. Foram encontradas 700g de cocaína ao lado do Capitão, que foi preso em flagrante pela Polícia Federal e ouvido na CPI desta Casa. Hoje ele já é Major, e quem foi que o absolveu? O Tribunal de Justiça Militar, ou melhor, o "tribunal de injustiça militar".

Portanto, Sr. Presidente, quero dizer que a sociedade não merece isso. Faço um apelo aos Deputados e às Deputadas que ontem votaram pela manutenção dessas auditorias militares que reflipam, não em defesa deste Deputado, mas, sim, da sociedade e daquilo que está colocado. São R\$30.000,00 por mês para cada membro, para cada Coronel Desembargador do Tribunal de Justiça Militar. Não temos medo de falar: Sr. Cel. Rúbio, Presidente do Tribunal de Justiça Militar, tenha dó do cidadão. O senhor quer criar três auditorias militares no interior. Um vai para a terra natal do Deputado Luiz Humberto, que tirará da rua quatro oficiais que combatem crime para se sentarem em um banco, e eles não são Juizes. Em todos os julgamentos que tenho acompanhado, o Juiz togado tem condenado. Mas, aí, são cinco votos: um do Juiz togado, ou seja, do concursado, mais quatro de Oficiais, que absolvem. Essa é a realidade.

O Major de Frutal foi absolvido depois da liberação. Se fosse um Soldado, já estava nas grades, já estava na rua. É isso que acontece, não é, Cel. Rúbio Paulino Coelho? Não é isso que acontece com o Soldado, o Cabo e o Sargento que chegam lá? Eles são condenados para mostrar para a sociedade que a justiça militar é operante, que condenou várias pessoas. Se fizermos uma estatística sobre os Praças e os Oficiais condenados, veremos que as condenações dos Praças geralmente acontecem por crimes ocorridos na rua, no embate do dia-a-dia. As condenações de Oficiais normalmente são por tráfico de influência, tráfico de drogas ou por corrupção ativa ou passiva, havendo sempre uma complacência. Quem sabe, Sr. Presidente, com a saída do Desembargador Orlando Adão nos próximos 40 dias, tenhamos um Presidente do Tribunal de Justiça que mande uma mensagem a esta Casa propondo o fim do Tribunal de Justiça Militar?

Não é só o Deputado Durval Ângelo que sabe disso, também sabemos o que acontece lá. O Presidente do Tribunal de Justiça Militar tem a cara-de-pau de ligar para os Deputados desta Casa para pedir a criação de auditorias militares no interior. É isso que estamos votando nesta Casa. Obviamente, não contou com o meu voto, não contará nunca, porque não sou louco. Tenho dó do dinheiro que o cidadão nos paga, que paga a cada Deputado e a cada servidor deste Poder; tenho dó do dinheiro dos cidadãos. Não vou votar a favor da auditoria militar no interior porque isso é simplesmente criar mais Tribunais de exceção pelo interior afora. Quem fiscalizará o Comandante Regional que, comandando o batalhão, chamar quatro Oficiais em sua sala e disser para compor o Conselho de Sentença, que é indicado pelo comando, e não pelo Tribunal de Justiça? Dirão que querem a condenação daquele cidadão que está sendo julgado e a absolvição daquele outro. Sabem por que indicam e escolhem quem será condenado ou não, Deputado Rêmoló Aloise? Porque a promoção de Oficiais está ligada diretamente à vontade do seu Comandante. O Tenente só vai a Capitão pelas mãos do Comandante do batalhão; o Capitão só vai a Major pelas mãos do Comandante do batalhão. Pergunto: qual é o Oficial que contrariará o Comandante do batalhão ou o Comandante da região? Nenhum. Simplesmente condenarão ou absolverão conforme a vontade dele. E o Juiz que é Juiz, que presidirá esse Conselho de Sentença, será voto vencido. O relato de um companheiro nosso diz que um determinado Juiz não agüentou ter as suas condenações jogadas por água abaixo e foi embora, porque era um Juiz sério e correto. Muitos estão lá quebrando pedra, tentando fazer justiça e, no Tribunal de Justiça, que tem 4 Coronéis, refazem todo o trabalho feito na 1ª instância, especialmente na área cível, pois é apenas um Juiz monocrático que julga as questões cíveis. No Tribunal, os Coronéis ouvem primeiro o Comandante. Essa é a justiça militar. E então, Sr. Presidente, querem criar três auditorias no interior, que retirarão quatro Oficiais das ruas.

Sr. Presidente, já consegui passar minha mensagem aos Deputados, às Deputadas e aos cidadãos que nos ouvem. Já apresentamos uma emenda para que essas auditorias sejam criadas, mas que fiquem na Capital, para que tenhamos, pelo menos, uma proximidade maior com a fiscalização, para que tenhamos complacência com o pessoal do interior, que clama por segurança pública. Destacarei uma emenda e gostaria muito de contar com o apoio de V. Exas. para que seja aprovada e se faça justiça e para não cometermos esse erro gravíssimo.

O art. 185 do Regimento Interno, em seu § 2º, diz o seguinte: "No 2º turno, após o encerramento da discussão e antes do anúncio da votação, a proposição poderá ser devolvida à Comissão de Constituição e Justiça, por uma vez, de ofício ou a requerimento, para, no prazo de 48 horas, receber parecer sobre a constitucionalidade, a legalidade e a juridicidade de modificação no texto original ou de emenda apresentada no 2º turno". Foram apresentadas mais de 300 emendas ao projeto. O projeto foi emendado de tudo quanto é jeito, tanto é que a Amagis está discutindo as emendas, neste momento, com os Deputados Adélmo Carneiro Leão e Durval Ângelo. Há uma incorreção no projeto, que precisa ser avaliada.

Portanto, ao encerrar a discussão, Sr. Presidente, considere apresentado o requerimento deste Deputado, já em mão de V. Exa., antes que entre no processo de votação. Peço aos servidores do Judiciário que tenham um pouco de paciência e cidadania, porque, sem dúvida, votaremos o projeto. Podem ter certeza de que o votaremos. Há muitos interesses em jogo nesse projeto. Muitos. Não podemos correr com sua votação e fazer besteira. Se o fizermos, daqui a pouco vocês mesmos estarão pedindo para fazermos correções. Se agüentamos até agora, tenhamos apenas um pouco de paciência. Com certeza, votaremos o projeto. Essas são as minhas considerações, Sr. Presidente. Espero que V. Exa. aprecie o requerimento por mim apresentado nesta fase.

Questões de Ordem

O Deputado Adalclever Lopes - Sr. Presidente, na noite passada, trabalhamos e votamos até tarde e apresentamos subemenda para corrigir um texto que, depois de votado, mostrou alguns erros. Parece que a Mesa acatou nossa subemenda. Ficamos satisfeitos com a correção do projeto. Muito obrigado, Sr. Presidente. Solicitamos a V. Exa. que suspenda a reunião por um minuto, para que apresentemos a subemenda a V. Exa, e, em seguida, voltemos aos trabalhos e à votação.

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, solicito de V. Exa. a suspensão da reunião por alguns minutos, para que, no decorrer da votação, não levantemos mais questões.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 3 minutos para entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos. Com a palavra, para discutir o projeto, o Deputado Weliton Prado.

O Deputado Weliton Prado* - Gostaria de saudar todos os presentes e dizer que é uma imensa alegria ter tido a oportunidade de ser o relator do PLC nº 26, do Tribunal de Justiça, que dá nova organização e divisão ao Poder Judiciário no Estado de Minas Gerais. Foi um projeto debatido com os servidores, com os Juízes, com Promotores, com os Deputados e com os movimentos sociais. Conseguimos algumas conquistas fundamentais, entre elas, a mais importante foi o atendimento à população pelo Poder Judiciário. Ontem, o Deputado Carlin Moura já dizia que a justiça tardia era injustiça. O grande número de processos é assustador. Faltam melhores condições de trabalho. Temos de buscar valorização para os servidores. Conseguimos avançar em muitos pontos do PLC nº 26, principalmente no que diz respeito ao atendimento à população. Criamos, no nosso parecer, duas áreas fundamentais. Uma delas foi a Vara de Combate ao Crime contra os Idosos, as Crianças e os Adolescentes. Isso foi solicitação e empenho do Deputado André Quintão, que já vem trabalhando nisso há muitos anos. Gostaria de parabenizar o Deputado André Quintão por isso. Conseguimos aprovar, depois de muitas questões, duas varas, e uma delas é contra a violência doméstica e contra a mulher. Quero parabenizar os trabalhos das Deputadas Rosângela Reis, Gláucia Brandão e Cecília Ferramenta. Acho que isso é um clamor dos movimentos sociais, das áreas especializadas em meio ambiente, habitação e urbanismo do Estado. As questões de crimes ambientais, as ações relativas ao direito de moradia, a responsabilidade de loteadores e de Prefeituras para a execução de obras serão julgadas com maior agilidade e eficácia. Outro ponto fundamental que conseguimos aprovar em nosso relatório, foi a criação, no prazo de 180 dias, da Câmara Especial do Tribunal de Justiça para processar, julgar ações penais de improbidade administrativa contra os agentes políticos. Ao todo, vamos ter 314 novos Juízes. Esperamos que essas varas sejam ocupadas. Só para citar um exemplo da nossa região, vamos ter uma vara a mais para Araguari, três para Araxá, uma para Ibiá, quatro para Ituiutaba, uma para Monte Carmelo, uma para Prata, uma para São Gotardo, uma para Tupaciguara, seis para Uberaba e dez novas varas somente para Uberlândia.

Serão mais 10 novos Juízes, 8 para as áreas cível e criminal e 2 para o Juizado. A maior preocupação, não somente em Uberlândia, mas também em todo o Estado de Minas Gerais, é com o aumento da criminalidade e da violência, que estão crescendo de forma assustadora. É muito importante que as varas cível e criminal tenham mais Juízes, para que haja um combate ágil à criminalidade que vem crescendo muito em Uberlândia.

Aproveite essa oportunidade para parabenizar a atuação do Deputado Sargento Rodrigues, no que diz respeito à Justiça Militar. Queremos também cobrar dos Deputados desta Casa a criação do Fundo Estadual de Segurança Pública, que se transformou em uma novela. Infelizmente, os recursos previstos para a taxa de segurança, que são superiores a R\$500.000.000,00, não são utilizados na área de segurança pública. Isso é muito importante: o que for arrecadado na área de segurança deve ser aplicado na segurança pública.

Gostaria de manifestar nosso reconhecimento ao trabalho do Deputado Luiz Humberto Carneiro, que esteve presente em todas as negociações com Juízes de Uberlândia, com o Dr. Joemilson, Juiz Diretor do fórum da cidade. O Deputado Luiz Humberto Carneiro contribuiu muito para o Projeto de Lei Complementar nº 26, com apresentação de emendas e participação em todas as discussões. O fato de Uberlândia haver conseguido 10 novas varas, 10 novos Juízes se deve muito ao trabalho do Deputado Luiz Humberto Carneiro. No nosso parecer, na proposição sobre a alteração da Lei nº 59, que contém a organização e a divisão do Judiciário, conseguimos aprimorar muito o projeto que chegou na Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização.

O Deputado Irani Barbosa (em aparte)* - Deputado Weliton Prado, solicito a V. Exa. que não se esqueça de agradecer aos co-participantes desse maravilhoso projeto que acabamos de elaborar. Devemos agradecer também a participação da Amagis, que estava ali fazendo a redação final do projeto. Se não fosse ela, isso não seria feito, porque a assessoria desta Casa se demonstrou incompetente ou, talvez, servil de outros Poderes. Gostaria de agradecer ao Juiz Doorgal de Andrada, Presidente da Amagis, que, com sua diretoria e assessoria, fazia ali a redação final do projeto. Gostaria que esta Casa demonstrasse essa mesma sensibilidade quando fizer a redação final de projetos não apenas dos servidores da Justiça, mas também dos servidores do Ministério Público, do Ipsemg e dos professores, ou seja, que os sindicatos dos funcionários e dos professores fizessem as redações finais dos projetos dessas categorias. É uma injustiça não deixar que outros participem desse processo, já que esta Casa não tem competência para tal. Obrigado, Deputado Weliton Prado.

O Deputado Weliton Prado* - Esta Casa é democrática. Acho importante a presença da Amagis, dos servidores, do Serjusmig, do Sindojus e da Amojus. É fundamental que esta Casa faça esse debate permanente com os Deputados. Esse projeto teve a participação dos 77 Deputados. Na medida do possível, todas as emendas foram acatadas na Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização. Ressalto o empenho do Deputado Almir Paraca, da cidade de Paracatu, onde será criada uma nova vara.

Ficam criados os cargos de Juízes de Direito nas seguintes comarcas: em Abaeté, um cargo em Abaeté, Abre-Campo, mais um cargo; Alfenas, três cargos; Almenara, um cargo; Andradas, um cargo; Araguari, três cargos; Araxá, três cargos; Barão de Cocais, um cargo; Barbacena, dois cargos; Belo Horizonte, cinquenta e quatro titulares de vara, Presidentes de Júri, dezessete Juizes de Direito e auxiliares; Betim, sofreu uma alteração e passou para treze; Boa Esperança, um cargo; Buritiz, um cargo; Camanduaia, um cargo; Cambuí, dois cargos; Campo Belo, dois cargos; Capelinha, um cargo; Caratinga, três cargos; Carmo do Paranaíba, um cargo; Contagem, três cargos; Conselheiro Lafaiete, dois cargos; Corinto, mais um Juiz; Coromandel, mais um Juiz; Coronel Fabriciano, mais um Juiz; Curvelo, mais um Juiz; Diamantina, mais um Juiz; Extrema, mais um Juiz; Formiga, mais um Juiz; Francisco Sá, mais um Juiz; Frutal, mais dois; Governador Valadares, mais quatro; Ibiá, mais um Juiz; Ibitiré, mais cinco Juizes; Igarapé, dois; Ipatinga, mais oito; Itabira, dois; Itajubá, mais três; Itaúna, mais três e mais duas varas; Ituiutaba, mais quatro cargos; Iturama, mais dois cargos; Jacutinga, mais um cargo de Juiz; Janaúba, mais um; Janaína, um; João Monlevade; Juiz de Fora, dez; Lagoa Santa, dois; Lambari, um; Lavras, três; Manhuaçu, três; Mariana, mais um cargo; Monte Carmelo, mais um cargo; Montes Claros, mais quatro cargos; Muriaé, dois cargos; Nepomuceno, mais um cargo; Nova Lima, mais um; Nova Serrana; Oliveira; Ouro Fino; Pará de Minas; Paracatu - está presente o Deputado Almir Paraca -; Paraguaçu; Paraisópolis; Paraopeba; Passos; Patos de Minas - está presente o Deputado Elmiro Nascimento -; Patrocínio; Poços de Caldas; Pouso Alegre; Prata; Ribeirão das Neves; Sabará; Santa Luzia; São Gotardo; São Lourenço, mais três cargos; São Sebastião do Paraíso - está presente o Deputado Rêmoló Aloise -, mais dois cargos; Sete Lagoas, quatro cargos; Teófilo Ottoni, três cargos; Três Corações, mais um cargo de Juiz; Três Marias, mais um cargo; Três Pontas, mais dois cargos; Tupaciguara, mais um cargo; Ubá, mais dois cargos de Juiz; Uberlândia, nossa cidade, mais dez cargos de Juiz; Unai, dois cargos; Varginha, mais dois Juizes; Vazante, mais um Juiz; Vespasiano e Viçosa. Foram beneficiadas praticamente todas as regiões do Estado.

Fiquei muito feliz por ter tido a oportunidade de ser o relator do Projeto de Lei Complementar nº 26 na Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização. Destaco a criação das varas contra a violência doméstica e familiar. Por meio do trabalho do Deputado André Quintão, gostaria de, mais uma vez, destacar a vara criminal especializada em crimes praticados contra os idosos, a vara especializada em crimes praticados contra a criança e o adolescente, e as varas especializadas para tratar do meio ambiente, da habitação e do urbanismo e também a criação, no prazo de 180 dias, da Câmara Especial do Tribunal de Justiça, para processar e julgar os agentes públicos que cometerem improbidade administrativa. Isso agilizará os processos, a população obterá uma resposta mais rápida e servirá de exemplo, pois o conjunto dos agentes públicos saberão que, agora, há uma câmara especializada, que poderá até proporcionar mais segurança àqueles que desejam trabalhar com seriedade.

O Deputado Getúlio Neiva (em aparte) - Nobre colega, Deputado Weliton Prado, gostaria de cumprimentá-lo e, sobretudo, de agradecer-lhe, pois, como Presidente da Comissão, elaborou um parecer que ampliou a possibilidade de contarmos com entrâncias especiais em todas as

idades-pólos do nosso Estado. Esse é um momento muito importante para a Justiça mineira. Contamos com a participação efetiva do Presidente da Casa, Deputado Alberto Pinto Coelho, que negociou com os vários partidos. Foram seis anos de luta, que, neste instante, chegou ao fim.

Ainda ontem fui cumprimentado pelos Juízes e pelo Diretor do Fórum da nossa comarca, que será elevada à condição de entrância especial e receberá mais três varas. Esse instante final do nosso semestre deve servir para agradecer a todos que trabalharam, sobretudo o pessoal da Amagis, com a sua compreensão, ao Presidente do Tribunal, ao Governador do Estado, ao Presidente da Assembléia Legislativa, que conduziu esse processo com os Presidentes das Comissões e com o Deputado Elmiro Nascimento, e a V. Exa. Naturalmente, pediremos aos companheiros que evitem discutir muitas matérias hoje, pois tenho certeza de que V. Exa. deve ser muito aguardado em Uberlândia, para que possamos iniciar o processo de votação.

Mas não poderia deixar de agradecer V. Exa. por ter possibilitado à minha Teófilo Otôni chegar à condição de entrância especial, com mais três varas, ampliando-se a Justiça em benefício dos mais pobres. Parabéns, Deputado Weliton Prado.

O Deputado Weliton Prado* - Terminando, agradeço e parablenizo todos os Deputados e servidores que tiveram um papel muito importante. Não fosse a presença dos servidores e o debate permanente, isso não teria sido possível. Tem de haver reconhecimento ao trabalho da direção do sindicato, pois ele foi fundamental. Sou testemunha dessa atuação, não só no nosso gabinete, mas também no corredor da Casa, no cafezinho, no Plenário, nas Comissões, na porta da Assembléia, onde seja necessário. O pessoal chegou cedo, tendo saído daqui à noite. Parablenizamos, então, o representante dos servidores e o sindicato, que tiveram participação efetiva nos avanços relacionados à categoria e também à população mais pobre.

Da mesma forma, os Juízes, os Promotores e a Amagis. Quero parabenizar de forma especial o Líder do Governo, Deputado Mauri Torres, e o Presidente da Assembléia, Deputado Alberto Pinto Coelho, que teve muita paciência em conduzir todo o processo. Realmente é um projeto muito polêmico. Não foi fácil, foram várias as reuniões e intervenções. Ontem mesmo estive no gabinete do Presidente da Assembléia, que, de todas as formas, procurou o entendimento e conseguiu, gerando possibilidade de aprovarmos o projeto nesta Casa, depois de seis anos. Fico muito orgulhoso por ter tido oportunidade, depois de todo esse tempo, de ter sido o relator, o autor do relatório do projeto na Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, o que com certeza facilitará a vida dos mais pobres, no que diz respeito ao acesso ao Poder Judiciário. Enfim, queria parabenizar a todos. Que possamos votar o projeto e que o Governador o sancione o mais rápido possível.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir o projeto, o Deputado Almir Paraca.

O Deputado Almir Paraca* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público presente, servidores, também queremos fazer menção ao Projeto de Lei Complementar nº 26 e dizer, primeiramente, da nossa satisfação no exercício do mandato. Tenho certeza de que esse é o sentimento de cada um dos Deputados que opinaram, que participaram, que trouxeram as reivindicações das suas bases eleitorais. Esses momentos realmente justificam o nosso mandato.

Nós nos damos por satisfeitos com as conquistas da região Noroeste, apesar de perceber que ainda não é o suficiente para efetivamente aproximar a Justiça do cidadão comum. O que percebemos no Noroeste de Minas certamente se reproduz em diversas outras regiões, que não foram plenamente contempladas nas suas reivindicações.

Gostaria, Sr. Presidente, de fazer o registro da luta do Deputado Padre João. É um parlamentar extremamente dedicado, que não poupa esforços para acompanhar de perto as demandas e a vida das pessoas das regiões onde atua e que representa muito bem. É louvável o seu empenho na obstrução, para fazer ser ouvido um reclamo, que, segundo ele, é fundamental para garantir o atendimento do serviço público da Justiça em sua base eleitoral, a região de Matipó.

Felizmente, o Regimento permite a manifestação da minoria. Foi exatamente esse direito que o Deputado Padre João exerceu. O justo direito para que as reivindicações das nossas bases eleitorais possam ser analisadas e consideradas com a premência e a justiça que nós, que representamos essas demandas, fazemos chegar ao conjunto dos Deputados.

Sr. Presidente, também gostaria de registrar os nossos agradecimentos aos Deputados Weliton Prado e Elmiro Nascimento, que acolheram, cuidadosa e atenciosamente, todas as reivindicações e lhes deram tratamento equilibrado e justo. Cumprimento o Deputado André Quintão pelas suas iniciativas, particularmente a luta em defesa da criança e do adolescente, para que haja o devido aparato na Justiça do Estado, fazendo fluir, a exemplo de outras questões, a ampla demanda acumulada. Mas, no caso da criança e do adolescente, levando-se em conta a gravidade da questão, isso salta aos olhos. Realmente, é necessário haver um canal de comunicação que dê fluxo e faça com que essa questão da criança e do adolescente tenha tratamento adequado por parte da justiça do Estado de Minas Gerais.

Quero ainda mencionar o nosso apoio à reivindicação do Deputado Sargento Rodrigues. Apesar de defendermos a descentralização da Justiça no Estado de Minas Gerais, em função dos argumentos já apresentados aqui pelo Deputado, achamos que as auditorias da Justiça Militar não devem ser descentralizadas. Entre todos, o Deputado Sargento Rodrigues é o mais qualificado para fazer essa análise porque tem pautado a sua atuação na segurança pública, portanto, conhece como ninguém os assuntos pertinente à caserna.

Sr. Presidente, estamos tratando da disponibilização, do aprimoramento, da oferta de serviço público para a nossa população. Durante todo o nosso mandato, acompanhamos de perto um outro serviço público. Promovemos nesta Casa diversas audiências públicas no interior e aqui. Temos feito um diálogo direto tanto com a coordenação do Programa Luz para Todos do Estado de Minas Gerais, quanto com a própria Cemig e a Eletrobrás. O Programa Luz para Todos é de fundamental importância. Aproveitando a presença maciça dos colegas Deputados no Plenário, repetirei o que disse em outras ocasiões: não há nenhum Deputado nesta Casa que não tenha em suas bases eleitorais demanda considerável, substantiva do Programa Luz para Todos. Sr. Presidente, há um ano, ou seja, desde julho do ano passado, o Programa Luz para Todos foi interrompido. Portanto, estamos tratando da melhoria da qualidade de vida de milhões de mineiros que ainda não foram atendidos pelo Programa. O que nos causa tristeza é que a sua paralisação não se deve à falta de recursos. Os recursos do governo federal sempre estiveram disponíveis. Por parte do governo do Estado a sinalização e as manifestações foram sempre de que a contrapartida estava disponível. Estamos cobrando a retomada do programa.

Quero trazer para os Deputados as últimas informações sobre esse assunto. Apresentamos um requerimento, que está para ser aprovado, solicitando que se coloque na pauta da sua próxima reunião, que será amanhã, dia 18, o termo de compromisso para execução do Programa "Luz para Todos" do Estado de Minas Gerais, porque temos a informação de que só falta aprovar o termo de compromisso para que, finalmente, o edital possa ser lançado e possa ser feita a seleção das empresas em concorrência pública, para a retomada do programa. Aquela nossa discussão de 55 mil ligações serem ou não suficientes para zerar o déficit de atendimento do programa no Estado está parcialmente superada e estamos insistindo para a retomada do programa nas bases pactuadas. Queremos 55 mil ligações, R\$7.800,00 por cada ligação, e a observação dos critérios já pactuados, porque as regiões mais pobres do Estado, como Jequitinhonha, Mucuri, Norte e Noroeste de Minas, coincidem com as regiões de menor atendimento. Uma vez aprovado pela Eletrobrás o termo de compromisso, a Cemig se compromete a, imediatamente, lançar o primeiro edital com 10 lotes para atender a 20 mil ligações. E nós vamos ter que continuar esperando, por mais 60 ou 90 dias, a conclusão desse primeiro edital. A Cemig se compromete também a, logo após o lançamento do primeiro edital, contados 30 dias, lançar o segundo edital para alcançar as 55 mil ligações. O primeiro edital com 20 mil ligações será facilitado, porque entrará no mesmo

processo que a Cemig já usa para atendimento do crescimento vegetativo nessas ligações cotidianas, do crescimento natural da demanda por energia elétrica. Portanto, a Cemig fornecerá os materiais e contratará diretamente das empreiteiras que passarão pela concorrência a execução do trabalho e o fornecimento de mão-de-obra dos serviços e equipamentos.

Outra questão que nos aflige é que o cadastramento que foi terceirizado para a Emater, numa modalidade que achamos interessante porque antecipa um serviço que anteriormente era prestado pelas empreiteiras, agora será realizado com acuidade, com conhecimento de causa, porque a Emater, por intermédio de sua rede de agentes em todo o Estado, já está cumprindo esse trabalho, mas está faltando estrutura para que o trabalho seja bem-feito. Está faltando GPS e, para fazer as coordenadas geográficas, é fundamental que esse aparelho esteja disponível. Diversos escritórios da Emater não possuem o equipamento para proceder a essa atividade fundamental, que é o cadastramento.

A Cemig ficou de fornecer os equipamentos suplementares que, infelizmente, até hoje, não chegaram. Para finalizar, Sr. Presidente, gostaríamos de trazer, para essa discussão do Luz para Todos, uma informação que consideramos fundamental. O governo do Estado autorizou que a Cemig fizesse, na sua capacidade já planejada de atendimento ao crescimento vegetativo, a ligação em todos os poços artesianos e em todas as escolas rurais do Estado, portanto, caros colegas, todos que tiverem nas suas bases poços artesianos - a incidência é maior no Norte de Minas - e escolas rurais não atendidas com a ligação de energia elétrica devem fazer chegar essa demanda até a Cemig, pois já existe a autorização. Mais uma vez, Sr. Presidente, agradecemos a participação de todos os Deputados. Partiremos agora para a votação, mas, antes disso, concedo aparte ao Deputado Antônio Júlio.

O Deputado Antônio Júlio (em aparte)* - Deputado Almir Paraca, estou ouvindo atentamente seu pronunciamento sobre o projeto rural Luz para Todos, e há algo que me preocupa muito. Segundo as informações que temos, no último edital da Cemig, o projeto foi canalizado para três grandes empresas da construção civil do nosso Estado que nunca mexeram com energia elétrica. Eles até brincam que uma delas comprou postes de cerca pensando que eram de energia elétrica, o que atrasou mais ainda a instalação. Vemos que a Cemig está delegando para a Emater, que tinha uma estrutura boa, mas que, infelizmente, está destroçada no interior, ou seja, a Emater, que sempre prestou um grande serviço rural em Minas, mas que hoje não é reconhecida como tal nem pela própria Secretaria de Agricultura, agora recebe essa incumbência. Pergunto: será que seus escritórios têm estrutura para isso? Será que continuaremos atrasando esse projeto tão importante por burocracia, incompetência ou má-vontade? V. Exa. disse que serão ligados prioritariamente os poços artesianos, mas, há cinco meses, estamos brigando por isso, até com seu colega de Partido, o Deputado Paulo Guedes, que, conosco, denunciou que, no Norte de Minas, mais de 140 poços artesianos estavam montados, mas não podiam ser utilizados por falta de energia elétrica. O Governador, em uma solenidade - parece-me que em Montes Claros -, determinou que, 30 dias após, fossem ligados esses poços. Ele noticiou isso de viva voz. Fizeram depois uma propaganda de que haviam resolvido o problema, mas até hoje não resolveram, e agora há a notícia de que quem tiver sua demanda deve levá-la até a Cemig. Existe algo errado aí. Essa burocracia precisa acabar, Deputado Almir Paraca. Nós, que somos do interior, estamos vendo o sofrimento do povo. Por que a Cemig não faz os 50 mil de uma vez? Por que fazer dois pacotes? Já sabemos quais empresas ganharão. Basta dividir R\$20.000,00 para cada um para resolver o problema. Esse discurso é importante, Deputado, mas precisamos ser mais contundentes na cobrança do governo. No início deste ano ou no final do ano passado, fizemos a discussão da questão dos poços artesianos, quando houve uma crise no Norte de Minas. O debate até foi levantado pelo Deputado Paulo Guedes. Cobramos do governo, que disse estar resolvido o problema e até fez propaganda a respeito, mas não ligou nenhum poço artesiano. Isso, sem contar a situação das escolas, cujas dificuldades conhecemos.

Alguém deve agir, e rápido. Não podemos ficar nessa burocracia. V. Exa. disse, com muita clareza, que há dinheiro tanto do governo federal quanto do estadual. O que está acontecendo? Precisamos saber o que está acontecendo? A Cemig poderá dizer que falta energia elétrica, apesar de falar que é a melhor energia do Brasil. Isso acontece porque ela tem que ter uma sobra de energia para vender no mercado paralelo, ou seja, deixa de atender à população mais carente para dizer que está sobrando energia, mas vendê-la no mercado paralelo, que vai comprar no leilão livre e depois vender para a própria Cemig 5, 6, 7, 8 ou 10 vezes mais caro. Por isso tenho questionado, Deputado Almir Paraca, a posição das agências reguladoras, que não regulam nada, que regulam apenas na lógica do negócio, da empresa e do mercado financeiro. Então, esse seu pronunciamento é correto. É importante fazer isso no encerramento das atividades do primeiro semestre, para que possamos votar no segundo semestre e cobrar ações do governo.

O governo diz uma coisa, dá ordem para a Cemig, que tem sócios estratégicos que determinam quando serão realizados os investimentos ou não. Parece que ordem de governo vale pouco na Cemig, e essa história do sócio estratégico é antiga, eles é que têm o controle e determinam o que será feito. Às vezes, não querem fazer o investimento para sobrar mais recursos e dizer que a Cemig deu lucro. A Cemig está deitando e rolando no dinheiro, que rendeu 25% de lucro sobre seu faturamento no ano passado. Vimos isso nas bolsas e na imprensa; há dinheiro. Por que não fazer? Pode ser que a Cemig não queira assumir que não tem energia elétrica para levar até lá. Nesse caso, ela tem de se explicar, porque será um outro tipo de investimento, e não apenas a extensão das redes para atender à população carente.

Para o encerramento do semestre, o seu pronunciamento foi importante. Tínhamos deixado isso parado por três meses, mas temos de abordar essa questão. No início do segundo semestre, faremos uma cobrança mais veemente para identificar onde está o erro, porque o governo manda fazer, e a Cemig diz que vai fazer e não faz. É necessário que a empresa do governo determine o que fará ou, como o Ministério Público, fará um termo de ajustamento de conduta para fazer obra onde há recurso. Dizem que a Emater não pode fazer levantamento por que não tem estrutura. Começa um jogo de empurra. Temos de estar atentos e cobrar do governo o que fazer e como fazer. Muito obrigado pelo aparte. Aproveitei este momento importante da sua fala.

O Deputado Almir Paraca* - Agradeço o Deputado Antônio Júlio. Precisamos disso. Gostaria de contar com os nobres colegas e com o Presidente, pois não é possível tolerar que um programa dessa importância fique mais de um ano parado. Hoje completamos um ano e, certamente com mais 90 dias da primeira licitação pública, após o edital, chegaremos ao final do ano, correndo o risco de retomar as ligações do Programa Luz para Todos apenas em 2009. Os prejuízos são incalculáveis, principalmente neste momento em que o interior tem a oportunidade de ampliar sua presença no PIB do Estado, aumentando a produção agrícola. O plano de safra já foi lançado, há recursos suficientes para a produção, mas estamos perdendo em infra-estrutura, porque o Programa Luz para Todos não sai do papel. A interrupção do programa dura mais de um ano. A justificativa é a burocracia. Entendemos que há falta de planejamento, porque não dá para admitir nem mesmo a interrupção. Na maioria dos Estados o programa não foi interrompido. Não podemos admitir que isso continue ocorrendo em Minas Gerais. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Não há outros oradores inscritos.

- Vêm a Mesa:

EMENDAS AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 26/2007

EMENDA Nº 17

Dê-se ao art. 36 a seguinte redação:

"Art. 36 - Fica acrescentado ao Título I do Livro IV da Lei Complementar nº 59, de 2001, o seguinte art. 184-B:

"Art. 184-B - A administração da Justiça Militar de primeiro grau far-se-á por uma auditoria cível e duas auditorias criminais sediadas em Belo

Horizonte.

Parágrafo único - A lei definirá a circunscrição regional de cada uma das auditorias de que trata o "caput" deste artigo."

Sala das Reuniões, 17 de julho de 2008.

Sargento Rodrigues

EMENDA Nº 18

Dê-se ao art. 68 a seguinte redação:

"Art. 68 - Serão providos, em 2009, dez cargos de Desembargador, de que trata o art. 11 da Lei Complementar nº 59, de 2001.

§ 1º - No prazo de até quatro anos contados da vigência desta lei complementar, serão providos os dez cargos restantes, a que se refere o art. 11 da Lei Complementar nº 59.

§ 2º - Até que sejam instaladas as Câmaras de julgamento decorrentes da criação desses cargos, os Desembargadores poderão exercer a função de substituição ou de cooperação nas Câmaras do Tribunal de Justiça, conforme resolução da Corte Superior do Tribunal de Justiça."

Sala das Reuniões, 17 de julho de 2008.

Lafayette de Andrada - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento.

SUBEMENDA Nº 1 À EMENDA Nº 2

Dê-se ao art. 6º a seguinte redação:

"Art. 6º - (...)

Art. 8º - As comarcas se classificam como:

I - de entrância especial, se têm cinco ou mais varas instaladas, nelas compreendidas as dos Juizados Especiais, e contam população igual ou superior a cento e trinta mil habitantes;

II - de primeira entrância, se têm apenas uma vara instalada;

III - de segunda entrância, as que não se enquadram nos incisos I e II deste artigo.

§ 1º - Permanecerão como de entrância especial as comarcas assim classificadas na data da publicação desta lei.

§ 2º - Para fins de classificação da comarca, nos termos do inciso I do 'caput', a comprovação do número de habitantes se dará por estimativa anual, fornecida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE."

Acrescente-se onde convier:

"Art. ... - A Comarca de Belo Horizonte terá, pelo menos, uma vara de execução penal para atender à Região Metropolitana e ao Colar Metropolitano de Belo Horizonte.

Sala das Reuniões, 17 de julho de 2008.

Elmiro Nascimento - Durval Ângelo - Lafayette de Andrada - João Leite.

Subemenda Nº 1 à Emenda Nº 6

Dê-se ao art. 66 a seguinte redação:

"Art. 66 - Os incisos III, V e XI do art. 251 da Lei nº 3.344, de 14 de janeiro de 1965, passam a vigorar com a redação que se segue, ficando o artigo acrescido dos seguintes §§ 2º, 3º e 4º e transformado seu parágrafo único em § 1º:

"Art. 251 - (...)

(...)

III - um Oficial do Registro de Imóveis para cada 150 mil habitantes ou fração e onde seja observada, no triênio, a média mensal de quatrocentos atos remunerados;

(...)

V - um Oficial do Registro de Protestos para cada 150 mil habitantes ou fração e onde seja observada, no triênio, a média mensal de quatrocentos atos remunerados;

(...)

XI – um Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais para cada 150 mil habitantes ou fração onde seja observada, no triênio, a média mensal de quatrocentos atos remunerados.

§ 1º - (...)

§ 2º – Para fins do cálculo a que se refere o inciso III, não se consideram atos do serviço de Registro de Imóveis:

a) protocolo;

b) arquivo;

c) registros dispostos nas seis primeiras faixas previstas na alínea "e" do número "5" da Tabela IV do Anexo da Lei nº 15.424, de 30 de dezembro de 2004;

d) certidões;

e) os de emolumentos dispensados por lei federal;

f) matrícula.

§ 3º – Compete ao Tribunal de Justiça:

I – No prazo de até seis meses, a partir da data desta lei complementar, baixar atos necessários ao provimento definitivo dos serviços de registro de imóveis e de protestos, resultantes da aplicação da modificação no número de serventias por comarca, nos termos da legislação vigente;

II – divulgar, semestralmente, o rol de serviços de registros de imóveis e de tabelionato de protestos para o fim deste artigo;

III – promover, semestralmente, a instalação e o provimento dos serviços em decorrência da aplicação desta lei.

§ 4º – Para fins do cálculo dos atos a que se refere o inciso XI, não se incluem as certidões, os atos cujos emolumentos sejam dispensados por disposição da lei federal.

Sala das Reuniões, 17 de julho de 2008.

Adalclever Lopes

O Sr. Presidente - Encerra-se a discussão. A Presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foram apresentadas ao projeto uma emenda do Deputado Sargento Rodrigues, que recebeu o número 17, e uma dos Deputados Durval Ângelo, Elmiro Nascimento e Lafayette de Andrada, que recebeu o número 18, uma subemenda à Emenda nº 6, do Deputado Adalclever Lopes, que recebeu o nº 1, e uma subemenda à Emenda nº 2, dos Deputados Elmiro Nascimento, Durval Ângelo, Lafayette de Andrada e João Leite, que recebeu o nº 1, e que, nos termos do § 4º do art. 189 do Regimento Interno, serão votadas independentemente de parecer.

Questão de Ordem

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, em razão de todas as emendas apresentadas, não devemos encerrar o processo de discussão. Solicito que seja feita a chamada dos Deputados, porque não contamos com o quórum para a votação e queremos conhecer essas emendas.

O Sr. Presidente - A fase de discussão já foi encerrada, mas entendemos a procedência da solicitação do Deputado quanto ao quórum indispensável para a votação nominal. Vem à Mesa requerimento do Deputado Sargento Rodrigues solicitando que o Projeto de Lei Complementar nº 26/2007 seja distribuído à Comissão de Justiça. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitado.

O Deputado Sargento Rodrigues - Verificação de votação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental.

Questão de Ordem

O Deputado Ademir Lucas - Sr. Presidente, "data venia", essa matéria está prejudicada. O Deputado Sargento Rodrigues quer argüir agora, nesta fase de votação, em 2º turno, a legalidade, a juridicidade e a constitucionalidade? Isso está superado desde a primeira fase. Esse requerimento não pode ser recebido. Tudo é tolerável, mas rasgar o Regimento não é possível.

O Sr. Presidente - O art. 185 do Regimento Interno, § 2º, diz: "No 2º turno, após o encerramento da discussão e antes do anúncio da votação, a proposição poderá ser devolvida à Comissão de Constituição e Justiça, por uma vez, de ofício ou a requerimento, para, no prazo de 48 horas, receber parecer sobre a constitucionalidade, a legalidade e a juridicidade de modificação no texto original ou de emenda apresentada no 2º turno". Portanto, o requerimento foi recebido e está amparado em dispositivo do nosso Regimento Interno. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico. Para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem seus lugares.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Deputado Doutor Rinaldo - Sr. Presidente, na frente do meu nome, no painel, está registrada a letra "B", mas votei "não".

O Deputado Eros Biondini - Votei "não", mas, na frente do meu nome, no painel, também está registrada a letra "B".

O Sr. Presidente - Estão retificados os votos dos Deputados Doutor Rinaldo e Eros Biondini. Votaram "sim" 4 Deputados. Votaram "não" 33 Deputados. Houve um voto em branco. Somados ao desta Presidência, perfazem o total de 39 Deputados presentes. Portanto, está ratificada a rejeição do requerimento.

Questões de Ordem

O Deputado Sargento Rodrigues - Farei a mesma consideração feita pelo Deputado Antônio Júlio. Os votos dos Deputados Eros Biondini e Doutor Rinaldo foram computados. Portanto, o painel marcou 31 votos, e não 33.

O Sr. Presidente - Os votos foram corretamente computados. Ainda assim, o requerimento está rejeitado.

O Deputado Sargento Rodrigues - Perfeitamente. Só peço a V. Exa. que haja mais transparência no processo de votação.

O Sr. Presidente - Deputado, procedemos à contagem, fazendo a diminuição aritmética na votação, em função da solicitação de retificação dos votos dos Deputados Doutor Rinaldo e Eros Biondini.

O Deputado Durval Ângelo - O Deputado Sargento Rodrigues tem razão. Essa votação tem de ser refeita de acordo com o Regimento. E o trabalho da Comissão tem de ser suspenso. Por quê? É uma matéria acessória. O requerimento do Deputado é incidente sobre o projeto de lei complementar. Se, para o projeto de lei complementar são necessários 39 votos, também, para o requerimento incidente sobre essa matéria acessória seriam necessários os 39 votos. No meu entendimento, para cumprir o Regimento, deveria ser suspenso o trabalho da Comissão e repetida a votação para, depois, nenhum colega achar que houve um casuísmo ou que o Regimento foi ferido. Não, não é balançar a cabeça, Deputado Célio Moreira, nem fazer gestos com a mão, é conhecer o Regimento.

O Deputado Chico Uejo - Gostaria que fosse registrado o meu voto "não", por gentileza.

O Deputado Célio Moreira - Gostaria apenas de corrigir o Deputado Durval Ângelo, dizendo que não é apenas balançando a cabeça e com gestos. V. Exa. deu as explicações, o Deputado fez a correção do seu voto, portanto, está dentro do Regimento. Nada ocorreu fora do Regimento. Tudo foi regimental.

O Sr. Presidente - A Presidência informa que se trata de matéria vencida. O próprio Deputado Durval Ângelo confirma que, com o registro da última votação, atingimos a presença dos 39 Deputados. Portanto, daremos continuação ao processo de votação. Vem à Mesa requerimento do Deputado Agostinho Patrús Filho, solicitando a votação destacada do inciso VIII do art. 53 do vencido em 1º turno. A Presidência defere o requerimento, de conformidade com o inciso XVII do art. 232 do Regimento Interno.

Questão de Ordem

O Deputado Lafayette de Andrada - Sr. Presidente, será votado o destaque agora?

O Sr. Presidente - Não, primeiro será votado o projeto salvo emendas, subemendas e destaque. Com a palavra, para encaminhar a votação do projeto, o Deputado Sargento Rodrigues.

O Deputado Sargento Rodrigues - Serei muito breve. Farei a leitura, já que não poderia destacar a emenda, em obediência ao Regimento Interno.

Tivemos mais uma oportunidade de insistir na tese de se corrigir o erro cometido ontem, em votação nesta Casa, quando da criação das três auditorias militares para o interior do Estado. Deputados Padre João e Antônio Júlio, pude mostrar, anteriormente, o que votamos, na prática, aqui, ontem, que foi a criação das auditorias militares. Criar auditoria militar no interior é, primeiro, retirar policiamento da segurança pública, segundo, onerar os cofres públicos para uma justiça que não tem fim social - pelo contrário, demonstrei de forma muito clara, com exemplos e julgamentos, casos em que o Tribunal de Justiça Militar acabou passando a mão na cabeça de traficantes, homicidas, que não poderiam ser absolvidos. Infelizmente, acabaram sendo absolvidos. Apresentei a Emenda nº 17, que diz o seguinte: "A administração da Justiça Militar de primeiro grau far-se-á por uma auditoria cível e duas auditorias criminais sediadas em Belo Horizonte. Parágrafo único - A lei definirá a circunscrição regional de cada uma das auditorias de que trata o 'caput' deste artigo". Ou seja, estamos pedindo aos Deputados que façam reflexão, para não cometermos erro para com a sociedade, enviando auditoria militar ao interior, onde não haverá julgamento sério e serão absolvidas pessoas que deveriam ser condenadas, com perda do posto ou da patente.

Sr. Presidente, encerro o meu encaminhamento, pedindo o voto "sim", quando V. Exa. colocar a Emenda nº 17 em votação, para que não pese sobre os nossos ombros o dever para com a sociedade de não permitir que auditorias militares sejam instaladas no interior. Peço aos Deputados para não cometermos esse gravíssimo erro e deixarmos as auditorias militares na Capital. Portanto, orientamos o voto "sim", pela transparência, retidão e, acima de tudo, para termos dó do bolso do contribuinte, da sociedade. Queremos justiça. Não queremos o que está sendo proposto. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação do projeto, o Deputado Durval Ângelo.

O Deputado Durval Ângelo* - Sr. Presidente, faço encaminhamento para dar um prazo ao Deputado João Leite, devido a uma questão de consciência muito importante que ele nos traz. Ele está conversando com o relator da matéria. Pedimos isso, de modo a não atrasar o trabalho. Está de acordo? (- Pausa.) Então, tudo bem. Depois, no devido momento, faremos a inclusão do que é devido.

Questão de Ordem

O Deputado Ademir Lucas - Sr. Presidente, há Deputados nas Comissões. Acho importante a presença deles neste Plenário.

O Sr. Presidente - Já houve orientação para que os trabalhos nas Comissões sejam suspensos e os Deputados se dirijam ao Plenário. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o art. 260, inciso I, c/c os arts. 192 e 255, do Regimento Interno. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram presença no painel que o façam neste momento. Em votação, o projeto, salvo emendas, subemendas e destaque.

- Registram "sim" os Deputados e as Deputadas:

Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Carlin Moura - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Doutor Viana - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gilberto Abramo - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Irani Barbosa - João Leite - Lafayette de Andrada - Luiz Humberto Carneiro - Luiz Tadeu Leite - Maria Lúcia Mendonça - Mauri Torres - Padre João - Paulo Cesar - Rêmolo Aloise - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Tiago Ulisses - Vanderlei Jangrossi - Walter Tosta - Wander Borges - Weliton Prado.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 46 Deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto, salvo emendas, subemendas e destaque. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à leitura do dispositivo destacado e das emendas recebidas, antes de cada votação.

O Sr. Secretário (Deputado Fahim Sawan) - (- Lê o inciso VIII do art. 53 do vencido em 1º turno, publicado na edição do dia 17/7/2008).

O Sr. Presidente - Votação do inciso VIII do art. 53. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Alencar da Silveira Jr.

O Deputado Alencar da Silveira Jr.* - Encaminho contrariamente a essa emenda; por isso o pedido de destaque. O projeto está tirando o problema de uma pessoa e passando para outra; tirando o problema de uma cidade e colocando na outra. A Comarca de Entre-Rios, tinha Entre-Rios, Jeceaba, São Brás do Suaçuí e Desterro de Entre-Rios. Estamos tirando de uma distância de 36km de asfalto e que era um Distrito da cidade - até o nome fala - e passando para 19km de estrada de chão. Deixo o protesto e peço aos Srs. Deputados que rejeitem essa emenda para fazer jus. Entre-Rios não pode perder essa cidade em sua comarca. Sabemos de sua grandeza e como cresce essa região do Estado. Obrigado.

O Sr. Presidente - Em votação, o inciso VIII do art. 53 do vencido em 1º turno.

- Registram "sim" os Deputados e as Deputadas:

Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Almir Paraca - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Delvito Alves - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Doutor Viana - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gilberto Abramo - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Irani Barbosa - João Leite - Lafayette de Andrada - Luiz Humberto Carneiro - Luiz Tadeu Leite - Maria Lúcia Mendonça - Mauri Torres - Paulo Cesar - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Vanderlei Jangrossi - Walter Tosta - Wander Borges.

- Registram "não" os Deputados:

Alencar da Silveira Jr. - Padre João - Sargento Rodrigues - Sebastião Helvécio.

- Registram "branco" os Deputados:

André Quintão - Carlin Moura - Weliton Prado.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 37 Deputados. Votaram "não" 4 Deputados. Houve 3 votos em branco. Está rejeitado o inciso VIII do art. 53 do vencido em 1º turno. Em votação, as Emendas nºs 1, 3 a 5 e 7 a 16.

- Registram "sim" os Deputados e as Deputadas:

Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Carlin Moura - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Delvito Alves - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Doutor Viana - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gilberto Abramo - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Irani Barbosa - João Leite - Lafayette de Andrada - Luiz Humberto Carneiro - Luiz Tadeu Leite - Maria Lúcia Mendonça - Mauri Torres - Padre João - Paulo Cesar - Rêmolo Aloise - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Tiago Ulisses - Vanderlei Jangrossi - Walter Tosta - Wander Borges - Weliton Prado.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 45 Deputados. Não houve voto contrário. Estão aprovadas as Emendas nºs 1, 3 a 5 e 7 a 16.

O Sr. Secretário - (- Lê a Subemenda nº 1 à Emenda nº 2.)

O Sr. Presidente - Em votação, a Subemenda nº 1 à Emenda nº 2.

- Registram "sim" os Deputados e as Deputadas:

Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Carlin Moura - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Delvito Alves - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Doutor Viana - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gilberto Abramo - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Irani Barbosa - João Leite - Lafayette de Andrada - Luiz Humberto Carneiro - Luiz Tadeu Leite - Maria Lúcia Mendonça - Mauri Torres - Padre João - Paulo Cesar - Rêmolo Aloise - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Tiago Ulisses - Vanderlei Jangrossi - Walter Tosta - Wander Borges - Weliton Prado.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 45 Deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a Subemenda nº 1 à Emenda nº 2. Com a aprovação da Subemenda nº 1 à Emenda nº 2, fica prejudicada a Emenda nº 2.

O Sr. Secretário - (- Lê a Subemenda nº 1 à Emenda nº 6.)

O Sr. Presidente - Em votação, a Subemenda nº 1 à Emenda nº 6.

- Registram "sim" os Deputados e as Deputadas:

Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Almir Paraca - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Carlin Moura - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Delvito Alves - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Doutor Viana - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gilberto Abramo - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Irani Barbosa - João Leite - Lafayette de Andrada - Luiz Humberto Carneiro - Luiz Tadeu Leite - Maria Lúcia Mendonça - Mauri Torres - Padre João - Paulo Cesar - Rêmolo Aloise - Roberto Carvalho - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Tiago Ulisses - Vanderlei Jangrossi - Walter Tosta - Wander Borges - Weliton Prado.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 44 Deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a Subemenda nº 1 à Emenda nº 6. Com a aprovação da Subemenda nº 1 à Emenda nº 6, fica prejudicada a Emenda nº 6.

O Sr. Secretário - (- Lê a Emenda nº 17.)

O Sr. Presidente - Em votação, a Emenda nº 17.

- Registram "sim" os Deputados e as Deputadas:

Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Carlin Moura - Delvito Alves - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Padre João - Roberto Carvalho - Rômulo Veneroso - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Walter Tosta - Weliton Prado.

- Registram "não" os Deputados e as Deputadas:

Ademir Lucas - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Doutor Viana - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gilberto Abramo - Inácio Franco - Irani Barbosa - João Leite - Lafayette de Andrada - Luiz Humberto Carneiro - Luiz Tadeu Leite - Maria Lúcia Mendonça - Mauri Torres - Paulo Cesar - Rêmolo Aloise - Ronaldo Magalhães - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Tiago Ulisses - Wander Borges.

- Registra "branco" o Deputado Célio Moreira.

O Deputado Antônio Carlos Arantes - Sr. Presidente, meu voto é "não". No painel, apareceu "sim".

O Sr. Presidente - **Votaram "sim" 14 Deputados. Votaram "não" 27 Deputados. Houve 1 voto em branco. Está rejeitada a Emenda nº 17.**

O Sr. Secretário - (- Lê a Emenda nº 18.)

O Sr. Presidente - Em votação, a Emenda nº 18.

- Registram "sim" os Deputados e as Deputadas:

Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Almir Paraca - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Carlin Moura - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Delvito Alves - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Doutor Viana - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Hely Tarquínio - Inácio Franco - João Leite - Lafayette de Andrada - Luiz Tadeu Leite - Maria Lúcia Mendonça - Mauri Torres - Padre João - Paulo Cesar - Rêmolo Aloise - Roberto Carvalho - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Tiago Ulisses - Vanderlei Jangrossi - Walter Tosta - Wander Borges - Weliton Prado.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 42 Deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a Emenda nº 18. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei Complementar nº 26/2007 na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1, 3 a 5, 7 a 16 e 18 e com a Subemenda nº 1 à Emenda nº 2 e com a Subemenda nº 1 à Emenda nº 6. À Comissão de Redação.

Prorrogação da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência, nos termos do art. 21 do Regimento Interno, prorroga esta reunião até as 13h59min.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.392/2008, do Governador do Estado, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2009 e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 3, 8, 22, 53, 92, 94 e 99, apresentadas por parlamentares; com as Subemendas nº 1 às Emendas nºs 6, 13, 60, 91, 96, 100, 104, 109, 110, 111, 113 e 135, e com as Emendas nºs 156, 157 e 158; e pela rejeição das Emendas nºs 1, 2, 4, 5, 9, 10, 11, 14, 15, 17, 19, 20, 21, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 93, 95, 97, 98, 101, 102, 105, 106, 107, 108, 112, 114, 115, 117, 119, 120, 121, 123, 124, 126, 127, 128, 129, 130, 133, 134, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155. Com a palavra, para discutir o projeto, o Deputado Sargento Rodrigues.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria apenas de cumprimentar o relator, Deputado Sebastião Helvécio. Quero lhe dizer que, apesar de não ter sido acolhida, fizemos uma emenda relativa ao programa Lares Gerais - Segurança Pública, que beneficia os servidores dessa área, policiais civis, militares, bombeiros e agentes penitenciários. Neste momento, conforme o Deputado me explicou, não foi possível acolhê-la, mas certamente, no PPAG, teremos outra oportunidade. O PPAG fixa as metas do governo para 2009. Com certeza, nesse momento, teremos melhor acolhida. Fizemos contato com o Líder e o Secretário de governo para que ampliassem o atendimento do Lares Gerais - Segurança Pública. Não podemos permitir que nossos servidores dessa área continuem morando na periferia, muitas vezes, tendo de sair de casa escondidos. Portanto, quero cumprimentar o relator, que deu o melhor encaminhamento a essa emenda.

Na verdade, só quero aproveitar a oportunidade para fazer esse encaminhamento e parabenizar os servidores do Judiciário, que ficaram aqui, na tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 26, resistentes. Fincaram o pé nesta Assembléia até que suas reivindicações fossem atendidas. Agradeço aos 14 Deputados que votaram comigo e compreenderam a grandeza do destaque da Emenda nº 17. Não podemos permitir que a "injustiça militar" ganhe o interior do Estado; não podemos permitir que, no Estado Democrático de Direito, Deputado Carlin Moura, os tempos negros da ditadura possam ganhar espaço, pois nossa democracia está consolidada. Nós, desta Casa, não podemos permitir que a Justiça Militar vá para o interior praticar injustiças, julgar à revelia praças militares e bombeiros.

Fiz o registro, Sr. Presidente. Não me sinto derrotado, Deputados, porque a competência que me foi dada nas urnas de fiscalizar os atos do Judiciário, do Ministério Público e do Executivo vai continuar. Vamos continuar combatendo desta tribuna, denunciando qualquer tipo de falcatura que venha a acontecer nas auditorias militares, especialmente essas que estarão no interior e que terão toda a aquiescência e benevolência do comando local. Quem sabe vão cometer várias injustiças?

Registro meu voto de agradecimento aos 14 parlamentares que entenderam a grandeza do destaque que fizemos. Lamentamos não ser atendido, mas quem sabe num segundo momento possamos corrigir essa coisa exdrúxula que foi feita nesta Casa, que aprovou as auditorias militares? Considero importante minha participação na discussão desse projeto.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir, o Deputado André Quintão.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, antes de entrar na discussão da LDO - evidentemente não usarei os 59min53s, mas talvez 8 minutos, porque precisamos agilizar a votação -, agradeço o apoio das Deputadas e dos Deputados, dos relatores do projeto de lei complementar da organização e divisão judiciárias, Deputados Elmiro Nascimento e Weliton Prado, e das bancadas desta Casa, que aprovaram quatro emendas muito importantes que tive a oportunidade de apresentar.

A primeira emenda diferencia e separa a atuação da área da criança e do adolescente da área do idoso, porque assuntos referentes a idosos e crianças precisam e merecem ser prioritários em todos os níveis, como na atenção recebida do Judiciário. A segunda emenda cria a 2ª Vara de Ato Infracional em Belo Horizonte. Existe uma grande sobrecarga desse tipo de ação no Judiciário. Isso ocorreu em função de uma solicitação da Juíza, Dra. Valéria, e de toda a área da criança e do adolescente. A outra emenda é a concretização em lei de uma demanda antiga: a instalação da vara criminal especializada no julgamento de crimes cometidos contra crianças e adolescentes. Hoje, milhares de processos têm tramitação morosa, criando um clima de impunidade contra os que cometem atos inconcebíveis contra crianças e adolescentes. A emenda prevê também a criação da vara especializada para julgar crimes contra idosos. A criação desses mecanismos é uma conquista do movimento da área da criança e do adolescente. Na condição de coordenador da Frente Parlamentar da Criança e do Adolescente desta Casa, agradeço às Deputadas e aos Deputados que votaram favoravelmente às emendas por mim apresentadas.

No encaminhamento e na discussão da LDO, encaminho pela votação. Agradeço à Comissão de Fiscalização Financeira, na pessoa do relator, Deputado Sebastião Helvécio, pelo acolhimento de emendas importantes apresentadas pela Comissão de Participação Popular, por meio de demandas, requerimentos e propostas apresentados em audiências públicas conjuntas das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira. Essas emendas, caso aprovadas, excluirão despesas do Fundo Estadual da Assistência Social e do Fundo da Infância e da Adolescência de qualquer tipo de contingenciamento, de corte de recursos. Essa é uma demanda apresentada pelas áreas de assistência social e da criança e do adolescente. O nobre relator, Deputado Sebastião Helvécio, também acolheu emendas que estabelecem a entrega, nesta Casa, de quadro demonstrativo dos recursos a serem aplicados direta e indiretamente nas ações de segurança alimentar e nutricional sustentável e na área da criança e do adolescente. Dessa forma, o Conselho Estadual da Criança e o Conselho de Segurança Alimentar poderão acompanhar, de forma mais transparente, os recursos públicos aplicados nessas políticas.

O nobre relator acolheu também uma emenda que prevê o detalhamento regionalizado dos investimentos. A execução orçamentária será detalhada de maneira regional naquilo que cabe aos recursos destinados a investimentos. Outra emenda impede que recursos transferidos para o Sistema Único da Assistência Social - Suas - e não utilizados no ano corrente sejam destinados a outra área ou encaminhados ao Tesouro Estadual, o caixa único. Queremos que os recursos não utilizados sejam mantidos para a destinação original, no caso, o Suas.

Essas emendas foram acolhidas pelo relator, e outras propostas populares serão incorporadas no debate da revisão anual do PPAG, pois se trata de ações novas nesse programa, não objeto da LDO.

Rapidamente, nesses 5 minutos, gostaria de agradecer ao relator e às duas Comissões e de solicitar a aprovação desta Casa, registrando que, de maneira inédita, a Assembléia Legislativa, por meio de todas as suas Comissões, particularmente da Comissão de Fiscalização Financeira e da Comissão de Participação Popular, tem desenvolvido um trabalho de participação popular no chamado círculo orçamentário: a LDO, o PPAG, a LOA e o PMDI. Parabênico os Deputados e as Deputadas e principalmente a sociedade civil, que compreendeu o esforço da Assembléia Legislativa, participou, e agora obtém o resultado dessa participação concretizado nas emendas acolhidas pelo relator, Deputado Sebastião Helvécio, as quais, tenho certeza, serão aprovadas pelo conjunto dos Deputados e Deputadas desta Casa. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto, salvo emendas e subemendas. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as emendas e subemendas com parecer pela aprovação. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Com a aprovação das subemendas, ficam prejudicadas as Emendas nºs 6, 7, 13, 60, 91, 96, 100, 103, 104, 109, 110, 111, 113, 116, 118, 122, 131, 132, 135 e 137. Com a aprovação da Emenda nº 3, fica prejudicada a Emenda nº 125. Com a aprovação da Emenda nº 157, ficam prejudicadas as Emendas nºs 12, 16, 18, 23, 29, 32, 33, 40 e 49. Em votação, as Emendas nºs 1, 2, 4, 5, 9 a 11, 14, 15, 17, 19 a 21, 24 a 28, 30, 31, 34 a 39, 41 a 48, 50 a 52, 54 a 59, 61 a 90, 93, 95, 97, 98, 101, 102, 105 a 108, 112, 114, 115, 117, 119 a 121, 123, 124, 126 a 130, 133, 134, 136, 138 a 155. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitadas. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 2.392/2008 com as Emendas nºs 3, 8, 22, 53, 92, 94, 99 e 156 a 158 e as com as Subemendas nº 1 às Emendas nºs 6, 13, 60, 91, 96, 100, 104, 109 a 111, 113 e 135. À Comissão de Redação.

Declarações de Voto

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, desejamos registrar a nossa satisfação com a aprovação da LDO e, de modo especial, cumprimentar o relator, Deputado Sebastião Helvécio, agradecendo o acolhimento das diversas emendas de nossa autoria, que tratam de assuntos os mais diversos, como o incentivo maior à pesquisa, que hoje é desenvolvida como nunca em Minas Gerais, com o governo já alcançando o patamar constitucional de investimentos na Fapemig e procurando assegurar também que as instituições, como a Uemg e a Unimontes, sejam atendidas, para que possam desenvolver, de maneira especial, os seus projetos; o apoio à implantação de câmpus da Uemg no interior e o apoio aos Conselhos Tutelares. Também sugerimos algo na área ambiental para o entorno dos lagos de Minas Gerais, que precisam ser tratados com vistas à preservação do meio ambiente e para que as populações à margem - que em um primeiro momento foram prejudicadas com a implantação de barragens - possam também colher os frutos do turismo e da preservação do meio ambiente e fazer com que passem a ser, além de geradoras de energia elétrica, um modo de proporcionar qualidade de vida e um bom meio para o turismo e agricultura sustentáveis. Sr. Presidente, aproveito os poucos minutos que me restam nesta declaração de voto para registrar a nossa alegria em termos votado favoravelmente e aprovado inúmeras emendas que permitirão à Lei de Organização e Divisão Judiciária promover, de fato, a justiça para todos em Minas Gerais e melhorar a estrutura do Judiciário não só na Capital, mas também no interior. Foram várias as varas criadas por emendas dos colegas parlamentares, e também tive a felicidade de participar do processo, criando outras em Divinópolis, Oliveira, Lavras, São João del-Rei, Bom Despacho, Pompéu e em outras cidades - não vou enumerar todas. O que considero extremamente positivo foi termos conseguido fazer com que várias cidades-pólo de todas as regiões do Estado fossem elevadas à condição de entrância especial. Essa era uma luta em que eu vinha empenhando-me nesta Casa em nome de Divinópolis, mas obviamente, no decorrer do debate, percebemos que a medida precisava alcançar outras cidades. Isso foi possível com a parceria dos demais colegas, com o trabalho do nobre relator, Deputado Elmiro Nascimento, e com o diálogo muito respeitoso, guardada a independência entre os Poderes. Por meio do diálogo com o Desembargador Orlando Adão, Presidente do Tribunal, com a Amagis, na pessoa de seu Presidente Nelson Messias e dos demais membros da Diretoria, com os servidores do Judiciário, por meio de suas representações sindicais, aprimoramos o projeto. Conseguimos essa elevação, como eu disse, não só para a minha querida Divinópolis, mas também para São João del-Rei. Através de emenda nossa, ao final do processo, incluímos essa cidade

também, num trabalho brilhante do Deputado Durval Ângelo. E, com a atuação do nosso hoje Secretário Dilzon Melo, Varginha também foi incluída, entre várias outras cidades. Concluo, Sr. Presidente, falando da nossa alegria por finalmente ver esse projeto aprovado, podendo, portanto, dotar o Judiciário de melhor estrutura e levar a Justiça a todos os rincões de Minas Gerais. A Assembléia cumpre, portanto, esse dever fundamental de legislar em benefício de todos os mineiros, dando também à Justiça estrutura adequada para funcionar melhor. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Com a palavra, para declaração de voto, o Deputado Carlin Moura.

O Deputado Carlin Moura - Sr. Presidente, acabamos de aprovar a Lei de Diretrizes Orçamentárias de Minas Gerais, que aponta claramente o bom momento que a economia do País vive, refletindo-se aqui. A política econômica desenvolvida pelo Presidente Lula tem proporcionado o crescimento de Minas. O Estado tem uma previsão de arrecadação superior a R\$37.000.000.000,00 para o exercício de 2009. Entendemos ser fundamental que esse aumento de arrecadação possa refletir-se nos programas estruturadores do Estado, especialmente os de inclusão social. Aprovamos ontem, em 2º turno, por exemplo, a lei que cria o Bolsa-Atleta no Estado de Minas Gerais, e a Lei Orçamentária mostra que há dinheiro para a implementação. Com a aprovação da LDO, precisamos transformar esses programas em conquistas concretas para o povo. Dinheiro tem, e a lei que acabamos de aprovar demonstra isso. Da mesma maneira, Sr. Presidente, chama-nos a atenção de forma muito especial o fato de que o crescimento da arrecadação em Minas Gerais precisa também refletir-se em melhorias nas condições de trabalho dos servidores públicos. Ainda há muitas categorias de servidores do Estado em condições salariais muito ruins, como, por exemplo, os funcionários do Ipsemg, aos quais concedemos um aumento de somente 5%. A LDO aqui aprovada mostra que o Estado tem batido recordes de arrecadação. Se houver vontade política para valorizar o servidor público, dinheiro não faltará no Estado. O Presidente Lula já sancionou, em Brasília, a importante lei que cria 49 mil cargos para as universidades federais e para os centros tecnológicos, os Cefets. Isso mostra que o País cresce e é necessário que a qualidade da prestação de serviço também cresça. Esse exemplo deveria ser implementado em Minas Gerais. A LDO mostra isso. Precisamos ficar atentos para que o choque de inclusão social aconteça em Minas Gerais, com a implementação dos projetos estruturadores. Por fim, Sr. Presidente, quero declarar o nosso voto relativo ao Projeto de Lei Complementar nº 26, que reorganizou o Poder Judiciário em Minas Gerais. Realmente são avanços importantes, como, por exemplo, a criação de novas varas. Foram criadas 13 novas varas na Comarca de Contagem. Esse Município precisava disso, porque a sua demanda é enorme. Com a criação das varas, o fórum, que está muito cheio, irá desafogar-se. Também foram criadas 13 novas varas na Comarca de Betim, que também necessitava delas. Betim está crescendo muito, com a atração de novas indústrias, a geração de novos empregos. Foram criadas cinco novas varas para a Comarca de Governador Valadares, Município que, com o apoio do Presidente Lula, tem crescido muito, e crescerá ainda mais, pois tem recebido vários investimentos. Agora mesmo, com o apoio da Deputada Elisa Costa, irá para lá a empresa Aracruz Celulose. Achamos que o Projeto de Lei Complementar nº 26 é um avanço, mas precisa ficar garantida, como foi acertado aqui pelo Tribunal de Justiça, a presença do Juiz. É preciso criar comarcas, varas, mas elas devem ser instaladas na prática, com a presença do Juiz e do Promotor. Só assim as coisas realmente funcionarão. Esse é o compromisso público assumido e o grande avanço desse debate nas conversas com a Amagis, com o Presidente do Tribunal de Justiça. Comarca e vara criadas têm de funcionar realmente. Vamos cobrar a presença do Juiz e do Promotor de Justiça para que o cidadão tenha a justiça imediata. Quando é tardia, a justiça transforma-se em injustiça. Então o grande avanço do Projeto de Lei Complementar nº 26 é nesse sentido. Esperamos que a Comarca de Contagem, por meio do Tribunal de Justiça, crie o novo fórum, porque o espaço está lá, e a população, os Juizes e os Promotores de Contagem necessitam, urgentemente, desse novo fórum. Fica aqui o registro do nosso voto. Parabenizamos todos aqueles que trabalharam por esse esforço coletivo nessa etapa final.

O Deputado Delvito Alves - Sr. Presidente, registramos aqui a importância da aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 26, que reorganiza o Poder Judiciário em Minas Gerais. Houve um avanço bastante significativo. Tenho certeza de que todo o Estado ganhou com isso. Quero destacar a importância da aprovação desse projeto para a região Noroeste de Minas. Por meio de emendas apresentadas por nós, nesta Assembléia, conseguimos a criação de alguns cartórios, como um para a Comarca de Vazante; um para a Comarca de Buritiz; um para a Comarca de Arinos e dois para a Comarca de Unai. O primeiro passo foi dado. Depois de sancionado pelo Governador do Estado, o importante será lutarmos pela implantação desses cartórios.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Neste primeiro momento, quero manifestar-me sobre a aprovação da LDO e homenagear o nosso relator, Deputado Sebastião Helvécio, por sua dedicação, seu trabalho e conhecimento de causa. Hoje o Deputado Sebastião Helvécio é, sem dúvida alguma, referência maior em matéria de orçamento público. Com vasta experiência não somente em Minas Gerais, também tem sido convidado para debater orçamento público em várias Assembléias do País. V. Exa., caríssimo Deputado Sebastião Helvécio, presta mais um relevante serviço a Minas Gerais. Apresentamos várias emendas, que foram rejeitadas, mas entendemos que não era o momento oportuno, e mesmo assim V. Exa. teve grande atuação em busca do entendimento. Isso nos dá esse conforto, essa sustentabilidade financeira ao nosso Estado quanto à matéria hoje apresentada e aprovada. Minhas homenagens a V. Exa., Deputado Sebastião Helvécio. Sr. Presidente, quanto ao Projeto de Lei Complementar nº 26, queremos manifestar a nossa enorme satisfação pela sua aprovação. Desde o primeiro momento, na legislatura passada, quando assumimos a relatoria, não tivemos avanço. E agora, neste final de semestre, prestamos à magistratura, ao Judiciário, à tutela jurisdicional esse serviço, em relação ao qual todos os Deputados sempre estiveram irmanados, num processo convergente para a aprovação desse projeto tão importante para o Poder Judiciário. Destaco também o trabalho das incansáveis comissões, do Deputados Weliton Prado, Elmiro Nascimento, Zé Maia e de todos aqueles que trabalharam de forma incansável para a aprovação desse projeto. Foi muito importante a participação da Amagis, do Tribunal, da OAB, para garantir essa aprovação. Com muita alegria, resalto que tivemos êxito na aprovação das emendas apresentadas a esse projeto. Conseguimos criar mais um cargo para Aiuruoca, Alfenas, Andradas, Cambuí, Campo Belo, Itajubá, Jacutinga, Lavras, Manhuaçu, Ouro Fino, minha terra natal, Paraguaçu, Paraisópolis, Pouso Alegre, Santos Dumont, São Gonçalo do Sapucaí, São João del-Rei, São Lourenço, Três Corações e Viçosa. Queremos também destacar que, por emenda apresentada e recebida pelo relator, Deputado Elmiro Nascimento, vamos instalar o Juizado da Violência Doméstica Familiar contra a Mulher, conforme a Lei Maria da Penha. O Sul de Minas estava desprovido do Juizado. Então, conseguimos emplacar o Sul de Minas, o que será feito na cidade e Comarca de Pouso Alegre. Tivemos também, neste primeiro momento, a nossa emenda incorporada ao parecer do relator no que se refere ao cargo de Assessor de Juiz de Direito, que posteriormente veio sendo aprimorado. Na nossa Comissão de Justiça demos início ao que depois foi aprimorado nas Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira e aqui mesmo no Plenário, prestando aos nossos magistrados a nossa homenagem, entregando-lhes um assessor de qualidade, dando efetividade e prestação jurisdicional a todos os que venham a precisar do Poder Judiciário. Presto minhas homenagens a todos os magistrados de Minas Gerais. Desde o primeiro momento a Amagis esteve conosco na relatoria da CCJ, quando conseguimos aprovar a emenda. Para os nossos servidores, conseguimos restabelecer e reenquadrar, alterando o "caput" do art. 251, passando pelo plano de carreira, que não veio no texto original do Tribunal de Justiça. Vamos festejar com todos os parlamentares, com o Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho, que não mediu esforços, com o Presidente da Amagis, Dr. Nelson Messias, e todos aqueles que participaram efetivamente desse processo do Tribunal de Justiça, do nosso Presidente, Desembargador Orlando Adão, todos que construíram essa proposta há muito debatida e hoje, felizmente, aprovada em 2º turno; ela será de grande alcance para Minas Gerais, para nossas comarcas e para o Poder Judiciário. Destaco nossa satisfação de apresentar as emendas desde o primeiro momento na relatoria e finalizá-las em favor dos servidores e da magistratura mineira. Muito obrigado.

O Deputado Getúlio Neiva - Meu caro Presidente, gostaria de aproveitar a oportunidade para agradecer ao Deputado Doutor Viana sua presença sempre constante na Presidência desta Casa, ajudando a conduzir os trabalhos. Gostaria também de agradecer a amizade dos companheiros Deputados Durval Ângelo e Antônio Carlos Arantes e de louvar o Deputado Irani Barbosa, que está conosco; o Deputado Célio Moreira; o meu futuro Governador de Estado, Deputado Domingos Sávio. Queria ainda cumprimentar a Bancada do PMDB, que nos ajudou tanto ao longo desse período, e agradecer-lhes o suporte e apoio que recebemos. Estamos muito felizes em função da votação do projeto que reestrutura e amplia a Justiça em Minas Gerais, oferecendo aos mais pobres e carentes a possibilidade de se ter uma melhor prestação jurisdicional. A Câmara de Vereadores de Teófilo Ottoni estava reunida aguardando a decisão da Assembléia, e houve uma euforia completa quando liguei para o Presidente Norton Neiva comunicando-lhe a votação em 2º turno desse projeto. Queria também agradecer ao Dr. Nelson Messias; ao Presidente do Tribunal, que nos recebeu; e ao Governador, que nos disse que não vetará nenhum dos dispositivos dessa lei. Estamos já nos preparando para a votação da LDO na parte da tarde, e queria cumprimentar e fazer uma homenagem ao Deputado Sebastião Helvécio, falando o que o Deputado Dalmo Ribeiro Silva já falou e um pouquinho mais. Trata-se de uma peça importantíssima, bem feita, elaborada e amarrada, e apenas a competência do Deputado Sebastião Helvécio poderia montar sua estrutura. Queria cumprimentar essa grande figura de Minas Gerais e agradecer, Sr. Presidente, a V. Exa. por estar conosco todos os dias suportando a nossa presença, às vezes em momentos

difíceis; ao Presidente Alberto Pinto Coelho, a forma com que resgatou a imagem de uma Assembléia atuante, forte, decisiva para Minas Gerais, que se destacou, sobretudo, em nível nacional não apenas pela eleição do Deputado Alberto Pinto Coelho para a Presidência da associação de todas as Assembleias do Brasil, mas também pela valorização do Parlamento mineiro, que hoje é exemplo em sua estrutura organizacional e, sobretudo, em seus valores pessoais, sendo hoje um dos mais invejados do País. Muito obrigado, Sr. Presidente. Esperamos, na parte da tarde, poder apreciar e votar com rapidez a LDO, pois muitos de nossos companheiros são candidatos a Prefeito e precisam chegar a suas cidades para pedir votos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Paulo Cesar - Sr. Presidente, Srs. Deputados, primeiramente, gostaria de cumprimentar o nosso Líder do PDT, Deputado Sebastião Helvécio, relator do Projeto de Lei nº 2.392/2008. Ele, com sua competência e eficiência, fez um trabalho belíssimo, acolhendo as emendas que contribuiriam para o crescimento de Minas Gerais. Ele se preparou para isso e deu uma grande contribuição, não só ao Estado, mas também a todo o Brasil e até fora dele, fazendo palestras sobre orçamento. Sem desmerecer os outros colegas, ele realmente é o Deputado mais bem-preparado para essa função. Parabéns ao nosso Líder, Deputado Sebastião Helvécio.

Outro assunto, Sr. Presidente, refere-se ao Projeto de Lei Complementar nº 26, que acabamos de aprovar em 2º turno e que contempla a nossa Comarca de Nova Serrana com mais três novas varas. Desde o ano passado, estamos trabalhando para a criação dessas varas. A comarca foi instalada há menos de 15 anos. Nesse período, passou de menos de 2 mil processos para quase 15 mil em apenas uma vara. A cidade, portanto, foi contemplada com mais três varas, que atingirão também as cidades de Perdigoão e Araújo. Agradecemos aos Deputados que votaram favoravelmente ao projeto, ao Presidente do Tribunal, Desembargador Orlando Adão, e a todos os que contribuíram para isso. Esperamos que seja sancionado em breve. O Presidente do Tribunal tem conhecimento da situação de Nova Serrana, e esperamos que as varas sejam instaladas em breve para atender à grande demanda - quase 15 mil processos. Era essa a nossa manifestação. Agradecemos ao Presidente, que muito nos tem ajudado nesse período como Deputado.

O Deputado Célio Moreira - Obrigado, Presidente. Também parabeno o Deputado Sebastião Helvécio, relator da LDO, que sempre demonstra competência. Agradeço-lhe o acolhimento das emendas que apresentamos e que foram aperfeiçoadas pelo relator. Essas emendas ajudarão muito às pessoas portadoras de deficiências física e mental e aos autistas. Há também as políticas públicas voltadas ao atendimento dos dependentes químicos. O relator teve carinho e sensibilidade em relação a essas emendas. Apresentamos os orçamentos ao Governador, na expectativa de que sejam atendidos na LDO ou no PPAG, para que Minas tenha uma política voltada para o atendimento dos dependentes químicos, portadores de deficiência física e autistas.

Sr. Presidente, não poderia deixar de registrar que conseguimos emplacar algumas emendas importantes na Lei Complementar nº 26/2007, que altera a organização da Divisão Judiciária de Minas Gerais. Conseguimos mais um Juiz para as cidades de Corinto e de Paraopeba e criamos a Comarca de Pains, que atenderá também a cidade de Pimenta e trará mais agilidade para as cidades contempladas. Também deixo registrado, Sr. Presidente, que travamos uma luta para a criação do Fórum Regional do Barreiro. Conseguimos criar mais duas varas. Atualmente, são quatro varas cíveis, e não havia vara criminal. Conseguimos duas varas criminais. Hoje, o Barreiro tem uma população de aproximadamente 380 mil pessoas, com mais de 202 mil eleitores. É uma cidade dentro de Belo Horizonte e está crescendo muito. Nossa expectativa é que, em breve, o Barreiro tenha um fórum que atenda a essa grande população. Tentamos a independência administrativa do Fórum Regional do Barreiro. Conversamos com o relator e com o Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Orlando Adão, afirmando que nosso objetivo era trazer mais rapidez para a Justiça, com o intuito de desafogar o Fórum Lafayette. Mas o Presidente do Tribunal apontou algumas dificuldades, achando que abriria precedentes e que poderia trazer uma certa dificuldade para a Corte. Retiramos essa emenda sobre a independência do Fórum Regional do Barreiro, mas conseguimos essas varas criminais, que são importantíssimas. Nossa expectativa é que essas varas sejam implantadas. Há cidades que criaram mais quatro, cinco, seis, oito varas. Nas cidades de Corinto e Paraopeba houve a criação de mais uma vara, com cargo para Juiz. Essas cidades necessitam disso, pois estão com trabalho acumulado. Então esperamos que a cidade receba, o mais rápido possível, a nomeação desses Juizes. Com toda a certeza, a Comarca de Pains trará alento e rapidez para as cidades de Pimenta e Pains. Infelizmente, o Fórum Regional de Venda Nova, que já foi criado, com quatro varas cíveis, ainda não foi implantado. Esperamos, do Tribunal de Justiça, a implantação do Fórum Regional de Venda Nova e também a imediata instalação das varas criminais do Barreiro. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, Srs. Deputados, com toda a certeza, hoje esta Casa vive um dia de muita importância, atestada pelas dezenas de manifestações de Deputados ontem e hoje. Todas as manifestações foram de júbilo, alegria e vitória. Nos últimos dias, a presença de parlamentares na Comissão de Administração Pública denota, por si, a importância do fato que registrarei. Ontem, à tarde e à noite, quase 30 parlamentares compareceram à Comissão, num claro sinal de que a tramitação e a conclusão do Projeto de Lei Complementar nº 26, que trata da Lei de Organização e de Divisão Judiciária, foram muito significativas para esta Casa. A Constituição do Estado determina, a cada dois anos, a obrigatoriedade de o Tribunal de Justiça encaminhar a revisão da citada lei à Assembléia Legislativa, procedimento que não vinha sendo cumprido. Quando era cumprido, esta Casa demorava, e o projeto acabava sendo arquivado. Houve desencontros com quem ocupava a direção do Poder Judiciário e até casos de retirada de tramitação. Ressalto a importância da aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 26 com base em vários aspectos, inclusive pelo fato de, em nome da Bancada do PT, ter acompanhado essa discussão, tanto anteriormente quanto na Comissão. Poderia destacar muitas emendas importantes apresentadas ao projeto, tanto por meus colegas do PT quanto por colegas de outros partidos. O projeto teve muita participação da sociedade. Servidores do Judiciário, principalmente da primeira instância, trouxeram suas reivindicações. Não raro, 200 ou 300 servidores compareceram à Assembléia, exercendo seu democrático papel de pressão. Esta é a casa do povo. Aqui devem ser feitas as reivindicações. Servidores trouxeram faixas, algumas com duras cobranças, como: "Ao invés de gastar com a construção de um prédio caro, gastem com a reestruturação da Justiça". Esse é o jogo da democracia. Tivemos aqui Juizes, Desembargadores e a própria direção do Tribunal exercendo também o seu papel democrático, sem procurar a interlocução com o Presidente, com os Líderes, com os Deputados, que atuavam na tramitação do projeto. Faço um destaque, Sr. Presidente, sobre o papel significativo da Amagis para a democracia no Estado. A Amagis foi fundamental e decisiva na tramitação desse projeto, e hoje está presente em duas campanhas nacionais significativas, desenvolvendo-as e coordenando-as em nosso Estado. Uma delas é de esclarecimento da adoção, um serviço de cidadania. Eu, como pai - nunca gosto de falar adotante, mais adotado que fui -, acho importante o trabalho realizado pela Amagis, recentemente lançado em Minas com a presença do Governador. A Amagis também se encontra na campanha Eleições Limpas. Esse é um papel muito importante para a democracia: que a vontade do eleitor seja respeitada, que não haja desvio nem desobediência ao Código Eleitoral, à legislação, à Lei nº 9.840. A Amagis, com essa campanha bonita, esteve aqui. E o que veio pedir? Foram coisas corporativas e específicas? Não. Sua preocupação foi com a prestação jurisdicional, ou seja, a agilidade da prestação desse serviço, quando reivindicava, por exemplo, a criação de varas. Ao estruturarmos mais varas, a população terá melhor acesso à Justiça. Quando a Amagis reivindicava a ampliação da entrância final, essa não é uma reivindicação corporativa. Hoje não se justificam esses degraus existentes na estrutura de entrâncias em Minas Gerais. A Justiça Federal deu-nos exemplo, eliminando isso há muito tempo. Aprovamos uma lei, a primeira que tramitou no Brasil, de unificação do Tribunal de Alçada com o Tribunal de Justiça, criando-se um único tribunal. Foi uma vitória significativa, que poderia ser melhor. Acredito que o correto seria colocarmos 100 mil, porque essa seria a exigência correta. Mas hoje temos, em Minas, a primeira entrância formada por uma comarca, que possui apenas uma vara; a segunda, mais de duas varas e menos de 130 mil habitantes, e a especial, com cinco varas instaladas, incluído o Juizado, e mais de 130 mil habitantes. Esse já é um passo significativo. Quando aqui tramitar a próxima Lei de Organização e Divisão, reduziremos isso mais ainda. Gostaria de lembrar que, quando a Amagis insiste na questão de autonomia maior para os juizados especiais, e a Lei de Organização Judiciária tem, no seu coração, o capítulo, o título dos juizados especiais, creio que a alma da lei são os juizados especiais, hoje juizados de cidadania, que têm agilizado a Justiça, aproximando-a da população. Tudo isso é importante e foi a moldura que nos possibilitou oferecer o melhor projeto para a sociedade.

A emenda do Adalclever Lopes traz um problema: temos de enfrentar a questão dos cartórios. Trata-se de um "lobby" forte nos Poderes Legislativos, uma questão que tem de ser discutida pela Casa. Fiz, aliás, uma provocação ao dizer que, entre as campanhas de cidadania, a Amagis assume uma campanha de democratização, de ampliação de cartórios em Minas Gerais, de abrir essa caixa-preta dos cartórios, melhorando o seu atendimento à população. A Amagis concordou. Portanto obteremos sucesso na parceria desta Casa com a futura direção do Tribunal de Justiça. Destaco também as preocupações sociais na lei. Vários Deputados, como André Quintão, Elisa Costa e João Leite, apresentaram emendas significativas, por exemplo, de criação da vara de violência doméstica contra mulheres. Isso é fruto da Lei Maria da

Penha e permitirá a redução dessa violência absurda e a punição. Esses Deputados apresentaram matérias significativas. Várias comarcas de Minas terão vara da violência. Por exemplo, haverá duas varas de crimes contra crianças e adolescentes. Por isso está de parabéns o Deputado André Quintão. Haverá ainda varas de infância e da juventude em vários locais do interior do Estado. A emenda está em meu nome, em nome dos Deputados Elmiro Nascimento e Lafayette de Andrada, mas, por justiça, é do Deputado João Leite. Só fomos seus porta-vozes. Hoje o Deputado João Leite nos trouxe uma proposta. Se o Judiciário soubesse como ela beneficia a população, não esperaria a sanção da lei para implantá-la. A proposta é criar uma vara de execução criminal da região e do colar metropolitanos, em vez de haver varas precaríssimas em Contagem, Ribeirão das Neves, Igarapé e outros lugares. Sr. Presidente, mais de 50% dos presos estão na região metropolitana. Haveria 1 vara com 1 Juiz titular e 10 Juizes cooperadores, substitutos. Na Capital, estaria centralizada toda a execução penal da região e do colar metropolitanos. O Deputado João Leite, com a sensibilidade que sempre manifesta na Comissão de Direitos Humanos, trouxe esse presente à sociedade mineira. Esperamos que o Tribunal de Justiça implante essa proposta de forma definitiva. Dessa forma haveria concentração de servidores, de ações. Sr. Presidente, estou concluindo. Quando chegamos a uma penitenciária ou cadeia da região metropolitana, vemos que os presos são de uma ou outra cidade. Os processos de execução demoram para ser remetidos. Muitas vezes, um Juiz fica um ano com um preso, mas a execução não está com ele. É uma confusão. Na vara de Belo Horizonte, há presos com execução criminal de Igarapé, Ribeirão das Neves. Todos vêm para a Região Metropolitana de Belo Horizonte. Gostaria de concluir, Sr. Presidente, agradecendo a sua paciência e dizendo que entregamos à sociedade um bom projeto, mostrando que é para isso que existe o Poder Legislativo: para ganhar legitimidade na representação, legislando pelo interesse popular, da sociedade, e não pelo interesse privado.

O Deputado Délio Malheiros - Sr. Presidente, quando assumimos o mandato parlamentar, ficamos imaginando o que nos esperava, o que a sociedade esperava do nosso trabalho, da nossa dedicação. Sou testemunha do trabalho dos outros pares desta Casa, de dezenas de Deputados que sacrificaram até suas famílias para estarem aqui, discutindo e votando matérias de interesse público. O Projeto de Lei Complementar nº 26/2007, que envolve o Poder Judiciário, é, de fato, matéria de relevantíssimo interesse público. Sou de uma região do Vale do Jequitinhonha. Sei da carência, da falta que faz um Juiz naquelas comarcas e uma reorganização do Poder Judiciário, para contemplar a população com a prestação de um serviço jurisdicional. Por exemplo, a Comarca de Itamarandiba, minha terra, conta com mais de 45 mil jurisdicionados e uma única vara do Poder Judiciário. Em cidades próximas a Belo Horizonte, às vezes há cidades com 60 mil habitantes e 4 Juizes, quer dizer, uma média de 15 mil jurisdicionados para cada magistrado. Apresentamos uma emenda, que foi acolhida, em relação a Itamarandiba e Minas Novas, para a criação de mais uma vara. Pelo menos, procura-se equilibrar. Assistimos à justa reivindicação dos servidores da Justiça, entre eles os Oficiais de Justiça. Muitos estão no fórum há mais de 10, 15 anos. Por não terem o diploma de curso superior, eram discriminados e teriam um tratamento salarial não condizente com a Constituição Federal, pois seriam prejudicados. A Assembléia os ouviu e deu prosseguimento às reivindicações. Tivemos a modificação do critério de estabelecimento da entrância especial, assunto que de fato precisava ser discutido nesta Casa. O Juiz, às vezes, não tinha vocação para morar na Capital, mas essa mudança era o único requisito para promoção na carreira. Com o estabelecimento de novos critérios para se instalar uma entrância especial, poderão, na própria região de atuação, ingressar na entrância especial e, em seguida, ser contemplados com a promoção para o Tribunal, assumindo o cargo de Desembargador. Esta Casa teve uma atenção especial com o Poder Judiciário com um projeto dessa envergadura, que várias vezes aqui já se tentou fazer com que tramitasse. Agora, teve seqüência. Pode não ter aprovado como uma pérola jurídica, mas foi o que a Assembléia conseguiu aprovar. Creio que o Governador tem muito pouca censura a impor a essa proposição. Ou seja, acredito que irá aproveitá-lo na íntegra. Esperamos discutir no próximo semestre outros projetos que envolvam transporte intermunicipal no Estado, obras públicas e melhoria na educação.

Nesta semana, fiquei satisfeito. A escola em que estudei em Itamarandiba, minha cidade, chamada Jonas Câmara, foi considerada a 11ª melhor escola pública de Minas Gerais. Uma escola pública, cravada no Jequitinhonha, foi considerada a 11ª melhor do Estado. Precisamos estudar mudanças para o sistema educacional, aprimorando os métodos, reformando as escolas, remunerando melhor os professores e resolvendo os problemas de deslocamento. Hoje, os professores das escolas estaduais pagam de seu próprio bolso, quando vão lecionar na zona rural dos Municípios.

Tenho a certeza de que esta Casa não faltará nas discussões de projetos de envergadura semelhante à do Judiciário. Temos uma dívida com o servidores do Ipsemg, que não foram atendidos em seu pleito. Esta Casa estará sempre atenta, como sempre fez, às discussões de interesse de toda a coletividade.

O Deputado Antônio Carlos Arantes - Sr. Presidente, Doutor Viana, caros colegas, nos últimos dias vivemos uma maratona. Sinto-me feliz com o resultado. A discussão sobre a reforma do Judiciário foi muito ampla. Nossa região tinha muitos pleitos, e conseguimos avanços. Trabalhei incansavelmente para que São Sebastião do Paraíso e a cidade de Passos se transformassem em entrância especial. Não foi possível. Ainda não temos 130 mil habitantes nessas comarcas, número mínimo exigido. Esperamos avançar nos próximos anos. Entretanto, há resultados muito positivos. Conseguimos colocar mais Juizes e novas varas à disposição da população em nossa região. Esse é o caso de Carmo do Rio Claro, onde conseguimos mais um cargo de Juiz. Em Guaxupé, cidade importante, também mais um cargo; em Paraguaçu, outra luta constante, que tenho também com o Prefeito Evandro, de Carmo do Rio Claro, e todos os companheiros da cidade. Para Passos, também conseguimos mais um Juiz. Para São Sebastião do Paraíso, cidade em que resido, e São Tomás de Aquino, são mais dois cargos. Em Monte Santo de Minas, também conseguimos, atendendo a uma reivindicação antiga de toda a comunidade judiciária e da sociedade monte-santense. Então fiquei muito feliz, porque conseguimos avanços. Fiz também aqui uma defesa incansável da cidade de Cabo Verde. Fizemos a nossa parte de forma bastante positiva. Fiquei contente, porque realmente a nossa Justiça precisa se aparelhar mais e ampliar suas ações. Na nossa região, que é muito próxima ao Estado de São Paulo, vários Municípios, como São Sebastião do Paraíso, Monte Santo e Cabo Verde, fazem divisa com esse Estado. É uma região violenta. Muitas pessoas perigosas vêm de São Paulo e adentram na nossa região, o que tem sido motivo de grande preocupação. A partir do momento em que aparelhamos a Justiça e damos mais condições a ela, podemos cobrar e obter mais resultados, pois essa região tem contribuído muito para o desenvolvimento do nosso Estado, produzindo café. Nela, a industrialização chegou de forma bastante efetiva e tem gerado muito emprego, em um momento em que nossas estradas têm melhorado muito, graças ao trabalho do nosso Governador Aécio Neves. Esse governo tem sido sério, competente e levado muito desenvolvimento para as escolas. Quando se fala de justiça, há uma preocupação muito grande com a criminalidade dos adolescentes e o avanço das drogas. Na nossa região, investem muito em educação, com escola integral. Assim a Justiça será aparelhada, de forma preventiva, evitando que esses jovens caiam na criminalidade e tenham, sim, uma oportunidade de vida melhor, estudando mais e com acesso a educação de qualidade. Dessa forma, podemos dizer que a nossa região realmente tem evoluído bastante. Havia uma preocupação e muitas reivindicações para isso, aliás, também da cidade de Muzambinho, que solicitava ampliação. Para a cidade de Alpinópolis, não foi possível agora, mas espero continuar lutando bastante para que, no futuro, obtenhamos novas varas nessa cidade. Continuaremos a trabalhar e contribuir para que a nossa região tenha muita paz, sossego, prosperidade e desenvolvimento.

Agradeço, então, a contribuição e parabenizo o Deputado Doutor Viana e o nosso Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho, que tem sabido comandar esta Assembléia de forma brilhante. O exemplo foram essas duas últimas semanas muito agitadas, para finalizar vários projetos, incluindo os de aumento para o pessoal do IMA e do Ipsemg. Aliás, fui relator, em parte, do projeto do Ipsemg, e conseguimos colocar uma emenda para que o aumento retroagisse, ou seja, em vez de ele ser a partir de agora, será a partir do mês de janeiro. Então, como parlamentar, também pude dar essa contribuição para os funcionários do IMA. Reconhecemos a importância desse aumento para o IMA e o Ipsemg. Quero cumprimentar também o Deputado Sebastião Helvécio, o relator da LDO. Esse Deputado é de uma capacidade impressionante e soube conduzir a LDO de uma forma brilhante, e hoje podemos ter a certeza de que isso foi o que de melhor aprovamos nesta Casa. Deputado Sebastião Helvécio, parabéns pela sua liderança e capacidade de produzir projetos que venham trazer desenvolvimento com qualidade para Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado Tiago Ulisses - Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas e público da TV Assembléia. Gostaria de cumprimentar o Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente da Assembléia, pelo brilhante trabalho desempenhado neste semestre. Parabenizo o Deputado Doutor Viana pela seriedade com que trabalhou na direção dos nossos trabalhos. Cumprimento o Deputado Sebastião Helvécio pela competência com que formatou o projeto da LDO, tão bem votado aqui, tendo o reconhecimento de seus pares pelo brilhante trabalho. O Deputado Sebastião Helvécio é considerado um dos melhores e mais competentes parlamentares do Brasil e da América Latina na questão

orçamentária. Cumprimento a todos e desejo um bom final dos trabalhos neste semestre e que, na segunda parte do ano, nosso trabalho seja cada vez mais promissor. Muito obrigado.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. - Sr. Presidente, parablenizo esta Casa pelo avanço que tivemos neste semestre. A Assembléia fez a sua parte, os Deputados presentes também o fizeram, sob a direção do Deputado Alberto Pinto Coelho. Hoje a opinião pública vê a Assembléia com outros olhos, vê que esta é uma Casa que dá resultados. Quero deixar claro que o que foi feito no Expresso da Cidadania foi um sucesso em Minas Gerais e foi copiado por vários Estados, já que o Deputado Alberto o levou para o colegiado de Presidentes. Tivemos oportunidade de apresentá-lo na Confederação das Américas, realizada no último mês de março, no México, onde tivemos o voto de louvor e o reconhecimento do papel da Assembléia de Minas. Esta Casa faz a sua parte, e o eleitor também tem que fazer a sua parte. Aí vai a cobrança de um Deputado para o meu eleitor e para o eleitor de Minas Gerais: falta o eleitor de Minas Gerais telefonar para o seu Deputado e cobrar dele, se lembrar em quem votou. Infelizmente, o voto no Brasil é o voto em qualquer um, e é por isso que estamos nisso. Outro dia, na cidade de Crucilândia, disseram-me que o Prefeito é bom, que ele rouba, mas faz. Mas não pode ser assim, pois, se o Prefeito não roubasse, faria o dobro do que faz hoje. Ouvimos isso e ficamos tristes. Já que temos eleições neste ano, cabe ao eleitor votar num Vereador que tenha compromisso. A pessoa se lembrará de que votou no João, no Antônio ou no Manuel, mas que votou. Isso é importante e foi mostrado no Expresso da Cidadania. Cabe ao eleitor mineiro lembrar qual Deputado desta Casa representa o seu Município e o seu voto. Tivemos a nossa participação em relação a Rio de Minas. Houve um destaque do Deputado Agostinho, em que não deixamos a cidade de Desterro de Entre-Rios sair de Entre-Rios. A cidade de Entre-Rios estava perdendo. O Prefeito esteve aqui. Conseguimos essa vitória por causa de dois votos. É uma vitória, sim, da gente que faz política, depois de sermos majoritários naquela cidade por três legislaturas. Estamos fazendo o nosso papel. Cabe ao eleitor, ao telespectador da TV Assembléia, também fazer o seu papel. Criamos a TV Assembléia, que irá para canal aberto. Estão tentando fechar a TV Assembléia em alguns Municípios, porque é uma TV pirata, mas estamos acertando a situação dela. Somos piratas em algumas cidades, mas estamos com a força da Assembléia e com a força deste Parlamento. Cabe ao eleitor fazer seu papel, cobrar e lembrar-se daquele em quem votou. Eleitor sério é aquele que não esquece em que Deputado votou na última eleição, liga para ele e cobra. Meu eleitor, há 20 anos, vem fazendo isso. Por isso estamos em nosso sexto mandato. Muito obrigado, Sr. Presidente. Era isso o que eu queria relatar. Agradeço também o convívio fraterno, que, ao longo desse tempo, aprendemos a ter com os companheiros desta Casa. Muitos pensam que, durante o recesso, o Deputado pára de trabalhar. Você, eleitor e telespectador, precisa saber que os Deputados saem de recesso apenas de suas atividades na Casa, mas que seus gabinetes continuam abertos. Eles viajam para as bases, para cumprir seus compromissos. Isso tem de ficar bem claro para todos. O eleitor tem de entender o que é ser Deputado e trabalhar para a população. Nos próximos dias, as atividades parlamentares estarão suspensas, mas os Deputados estarão em suas bases, acompanhando o dia-a-dia de suas cidades.

Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final

- A seguir, são submetidos a discussão e votação e aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final do **Projeto de Resolução nº 2.620/2008, da Mesa da Assembléia, que altera os arts. 4º e 5º da Resolução nº 5.214, de 23/12/2003, que altera o Sistema de Carreira dos Servidores da Secretaria da Assembléia Legislativa, dispõe sobre a atualização dos débitos oriundos da celebração de transação judicial e acordo extrajudicial de que trata a Resolução nº 5.216, de 12/8/2004, e o art. 5º, da Resolução nº 5.305, de 22/6/2007, e dá outras providências (À promulgação.); e dos Projetos de Lei nºs 991/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Gonzaga o imóvel que menciona; 1.945/2007, do Deputado Lafayette de Andrada, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Rio Espera o imóvel que especifica; 1.959/2007, do Deputado Ivair Nogueira, que autoriza o poder Executivo a alienar imóveis que especifica, de propriedade do Ipsemg, com destinação dos recursos decorrentes da alienação à área de saúde desse Instituto; 2.028/2008, do Deputado Gustavo Valadares, que altera o art. 2º da Lei nº 14.601, de 23/1/2003, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Abaeté imóvel para a construção de ginásio poliesportivo; 2.041/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Bías Fortes o imóvel que especifica; 2.042/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Entre-Rios de Minas o imóvel que especifica; 2.043/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Varjão de Minas o imóvel que especifica; 2.044/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Machado o imóvel que especifica; 2.047/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Monte Alegre de Minas o imóvel que especifica; 2.256/2008, do Deputado Doutor Rinaldo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Divinópolis o imóvel que especifica; 2.395/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar à Fundação Educacional Lucas Machado - Feluma - o imóvel que especifica; e 2.450/2008, do Deputado Dinis Pinheiro, que autoriza o DER-MG a doar ao Município de Passa-Tempo o imóvel que especifica (À sanção.).**

O Sr. Presidente - Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Complementar nº 42/2008, do Governador do Estado, que altera dispositivo da Lei Complementar nº 71, de 30/7/2003, que institui a avaliação periódica de desempenho individual, disciplina a perda de cargo público da função pública por insuficiência de desempenho do servidor público estável e do detentor de função pública na administração pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo. Em discussão, o parecer.

O Deputado Antônio Júlio - Para discutir, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - De conformidade com o art. 270 do Regimento Interno, a discussão limitar-se-á aos termos da redação e nela só poderá tomar parte, uma vez e por 10 minutos, o autor da emenda, o relator da Comissão de Redação e os Líderes. O relator da matéria foi o Deputado Gilberto Abramo. V. Exa. poderá encaminhar a votação.

Questões de Ordem

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, solicito a V. Exa. que encerre de plano a reunião, por falta de quórum para continuarmos votando essas matérias importantes, que agora estão recebendo redação final.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. - Sr. Presidente, gostaria que V. Exa. suspendesse a reunião por 5 minutos, para acordo de Lideranças. Temos de acertar alguns pontos.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 5 minutos para entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o parecer. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À sanção.

- A seguir, são submetidos a discussão e votação e aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final do Projeto de Resolução nº 2.587/2008, da Mesa da Assembléia, que altera o art. 1º da Resolução nº 5.195, de 4/7/2000 (À promulgação.); do Projeto de Lei Complementar nº 26/2007, do Tribunal de Justiça, que altera a Lei Complementar nº 59, de 18/1/2001, que contém a organização e a divisão

judiciária do Estado de Minas Gerais; e dos Projetos de Lei nº 17/2007, do Deputado Eros Biondini, que determina a impressão do quadro de vacinas infantis obrigatórias nas embalagens de leite dos tipos C e B; e 532/2007, do Deputado Carlin Moura, que institui a bolsa-atleta no âmbito do Estado de Minas Gerais (À sanção.).

O Sr. Presidente (Deputado Lafayette de Andrada) - Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 725/2007, do Deputado Doutor Viana, que dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 10.883, de 2/10/92, que declara de preservação permanente, de interesse comum e imune de corte, no Estado de Minas Gerais, o pequizeiro e dá outras providências. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o parecer. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam com se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À sanção.

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.386/2007, do Deputado Fahim Sawan, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Conquista o imóvel que especifica. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o parecer. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam com se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À sanção.

- A seguir, são submetidos a discussão e votação e aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.479/2007, do Deputado Neider Moreira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cláudio os imóveis que especifica; 1.609/2007, do Deputado Zé Maia, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Comendador Gomes o imóvel que especifica; 2.045/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Elói Mendes o imóvel que especifica; 2.098/2008, do Governador do Estado, que altera dispositivo da Lei nº 10.366, de 28/12/90; 2.317/2008, do Governador do Estado, que altera o "caput" do art. 3º da Lei Delegada nº 31, de 28/8/85; 2.431/2008, do Governador do Estado, que altera as Leis nºs 13.085, de 31/12/98; 14.695, de 30/7/2003; 15.302, de 10/8/2004; 15.304, de 11/8/2004; 15.961, de 30/12/2005; e 16.190, de 22/6/2006; e 2.392/2008, do Governador do Estado, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária (À sanção.).

Declarações de Voto

O Deputado Fábio Avelar - Sr. Presidente Doutor Viana, nesta oportunidade, faremos alguns breves comentários. Em primeiro lugar, cumprimento o ilustre e competente relator da LDO pelo seu parecer, que na realidade foi consenso de todos os parlamentares. Durante todos esses dias, tivemos a oportunidade de apresentar as nossas emendas, de nos debruçar sobre todas, buscando sempre o consenso. Quero também fazer referência ao nosso relator do projeto do Tribunal de Justiça, Deputado Elmiro Nascimento, que teve participação fundamental na condução de todo esse processo. Ontem participamos da Comissão de Administração Pública, em que votamos o seu parecer, que hoje foi aprovado por todos nós. Isso mostrou a grande capacidade de negociação do nosso relator. Apesar da complexidade desse projeto, que há muito tempo vem sendo cobrado desta Casa, conseguimos aprová-lo.

Também queremos comentar sobre outro importante projeto, cuja redação final foi aprovada agora há pouco. Trata-se da transferência de um terreno à Feluma, na minha querida cidade natal de Lagoa Santa, para que implante um complexo universitário de grande porte. Isso significará para todos nós, lagoa-santenses, um avanço muito grande. Realmente é um projeto muito importante, que significará um marco para Lagoa Santa e inserirá o nosso Município no meio universitário, com repercussão em todo o nosso Estado e no nosso país. Não poderíamos deixar de registrar a participação nesse trabalho deste Deputado e do Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente desta Casa, que, desde o início, abraçou essa causa. Com a ajuda dos nossos pares, conseguimos aprovar esse projeto do Governador do Estado, que transfere essa área, muito bem localizada, à Feluma, para a implantação desse complexo universitário. Cumprimos a Feluma na pessoa do seu Presidente, Dr. Wagner; e, na pessoa do Dr. José Maurício, todos os seus membros, que estiveram aqui, acompanhando o desenrolar do projeto, que, graças a Deus, hoje foi aprovado. Isso demonstra, mais uma vez, a visão do Governador Aécio Neves. Hoje Lagoa Santa tem todas as condições de sediar essa importante instituição. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Lafayette de Andrada - Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos no último dia dos trabalhos da Assembléia Legislativa deste primeiro semestre, e quero parabenizar o eminente Deputado Alberto Pinto Coelho, que, de maneira sempre serena e inteligente, tem conduzido os trabalhos do Poder Legislativo. É um Poder em que são discutidos os grandes temas do Estado e, por conseguinte, motivo e foco de grandes interesses de lado a lado. O nosso Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho, tem sido sempre muito sereno, um grande conciliador. Gostaria de ressaltar e agradecer aos Deputados a aprovação do projeto de lei de nossa autoria que doa terreno do Estado ao Município de Rio Espera, para construção de um posto de saúde. O projeto foi concluído pelo Prefeito e já foi encaminhado. O governo do Estado já assegurou recurso para a construção do posto, por emenda de minha autoria. Estava faltando apenas o terreno, o local necessário pertence ao Estado. A Assembléia Legislativa aprovou o projeto que doa o terreno ao Município de Rio Espera, possibilitando a construção de mais um posto de saúde, no valor de R\$80.000,00.

Sr. Presidente, quero também parabenizar a Casa como um todo, principalmente ao relator, Deputado Elmiro Nascimento, pela aprovação do Projeto de Lei nº 26, que conseguiu grandes avanços na nova Lei de Administração Judiciária. Para se ter uma idéia, várias cidades-pólo de Minas Gerais, várias comarcas foram elevadas a entrância especial. Eu me rejubilo, juntamente com toda a população, com Barbacena e com a Zona da Mata. Por esse projeto, Barbacena foi elevada a entrância especial, sendo criados mais dois cargos de Juiz na comarca. Rejubilamo-nos também com os Deputados pela criação de dez cargos de Juiz na Comarca de Juiz de Fora. São avanços importantes que melhoram a prestação jurisdicional ao povo de Minas Gerais. Grandes avanços foram obtidos. Em Barbacena serão criados mais cartórios graças à lei aprovada nesta Casa.

Sr. Presidente, gostaríamos de parabenizar a Assembléia Legislativa e o nosso Presidente Deputado Doutor Viana, que também vem conduzindo os trabalhos da Casa de maneira apaziguadora, serena, inteligente, e também aos Deputados que se esmeraram, cada um lutando a favor da sua base, da sua cidade, o que mostra que o Legislativo de Minas Gerais é um Poder ativo e está trabalhando em prol do engrandecimento do nosso povo. Queremos também agradecer ao Governador Aécio Neves essa excelente administração que vem realizando, colocando Minas Gerais acima dos outros Estados em todos os patamares, seja na indústria, seja no comércio, seja na geração de emprego, renda, agricultura, importação. Minas Gerais cresce o dobro da média nacional. Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 18/7/08, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs

5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete Deputado Inácio Franco

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 24/7/08, que exonerou Joel dos Reis André do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 24/7/08, que nomeou Joel dos Reis André para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Sergio Luis Amaral Ferreira para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD.

TERMO DE CONTRATO

Contratante (doadora): Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada (donatária): Associação Comunitária dos Moradores das Casas Populares. Objeto: doação de bens móveis inservíveis. Licitação: dispensada, art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Contratante (doadora): Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada (donatária): Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Desterro de Entre-Rios. Objeto: doação de bem móvel inservível. Licitação: dispensada, art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Engeforma Engenharia Indústria e Comércio Ltda. Objeto: reforma de pintura das áreas de circulação, corredores, caixas de escadas e corrimãos do Palácio da Inconfidência e do Edifício Tiradentes - lote 2. Dotação orçamentária: 3.3.90.39. Vigência: 180 meses a partir da assinatura. Licitação: Pregão Presencial nº 27/2008.